



DANIEL DOS SANTOS PRADO

**Territorialização e gênese de um templo religioso no interior do MST: Assentamento
Egídio Brunetto – Lagoinha/SP**

São Paulo – SP

2025

DANIEL DOS SANTOS PRADO

**Territorialização e gênese de um templo religioso no interior do MST: Assentamento
Egídio Brunetto – Lagoinha/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, Educação e Cultura”.

Orientadora: Profª Drª Sílvia Beatriz Adoue.

São Paulo – SP

2025

Prado, Daniel dos Santos.

P896 Territorialização e gênese de um templo religioso no interior do
MST : Assentamento Egídio Brunetto – Lagoinha/SP / Daniel dos
Santos Prado. – São Paulo, 2025.

69 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Sílvia Beatriz Adoue.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na
América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2025.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3.
Movimentos sociais rurais – Aspectos religiosos. 3. Assentamento
Egídio Brunetto (Lagoinha, SP). 4. Movimento dos Trabalhadores
Rurais sem Terra. I. Título.

CDD 301.35098161

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa demonstra relevância ao integrar religião, território e movimentos socioterritoriais. Ao analisar a presença evangélica no MST, contribui para a Geografia e para a compreensão das transformações socioculturais e territoriais nos assentamentos, oferecendo uma leitura distinta sobre a relação entre fé, espaço e luta pela terra.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The research demonstrates relevance by integrating religion, territory, and socio-territorial movements. By analyzing the evangelical presence within the MST, it contributes to Geography and to understanding the sociocultural and territorial transformations in settlements, offering a distinct perspective on the relationship between faith, space, and the struggle for land.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

La investigación demuestra relevancia al integrar religión, territorio y movimientos socioterritoriales. Al analizar la presencia evangélica dentro del MST, contribuye a la Geografía y a la comprensión de las transformaciones socioculturales y territoriales en los asentamientos, ofreciendo una perspectiva distinta sobre la relación entre fe, espacio y lucha por la tierra.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DANIEL DOS SANTOS PRADO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 06 de novembro de 2025, às 10h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de DANIEL DOS SANTOS PRADO, intitulada **Territorialização e gênese de um templo religioso no interior do MST: Assentamento Egídio Brunetto - Lagoinha/SP..** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP / Araraquara (SP), Profa. Dra. ÂNDREA FRANCINE BATISTA (Participação Virtual) do(a) . / Universidade Federal do Paraná -UFPR - Setor Litoral, Prof. Dr. ETTORE DIAS MEDINA (Participação Virtual) do(a) . / Rede Estadual Paulista de Educação, Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "SILVIA BEATRIZ ADOUE", is written over a faint, light blue grid background.

Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE

Dedicado à Nayive Castellanos, minha companheira.

RESUMO

A fé evangélica tem se difundido em ritmo acelerado no Brasil, estando presente em praticamente todo território nacional, no campo e na cidade. A presença de templos suntuosos ou humildes construções, que abrigam essas comunidades de fé alteram seu entorno, constituindo e remodelando territórios através da influência da religião. Por essa razão, buscar compreender sob a ótica da ciência geográfica e do materialismo histórico o estabelecimento de uma comunidade de fé e sua interação com um território conquistado através da luta no campo pode trazer novos elementos para o entendimento da expansão territorial das igrejas, seus conflitos e dilemas. Portanto, o presente trabalho visa estudar a conformação de uma comunidade de fé evangélica no seio do Assentamento Egídio Brunetto, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST, em Lagoinha-SP.

Palavras-chave: territorialidade; evangélicos; luta política.

ABSTRACT

Evangelical faith has been spreading rapidly throughout Brazil, being present across virtually the entire national territory, in both rural and urban areas. The presence of either grand temples or humble constructions that house these faith communities transforms their surroundings, shaping and reshaping territories through the influence of religion. For this reason, seeking to understand, from the perspective of geographical science and historical materialism, the establishment of a faith community and its interaction with a territory conquered through the struggle for land may bring new elements to the understanding of the territorial expansion of churches, as well as their conflicts and dilemmas. Therefore, this study aims to examine the formation of an evangelical faith community within the Egídio Brunetto Settlement of the Landless Workers' Movement (MST) in Lagoinha, São Paulo.

Keywords: territoriality; evangelicals; political struggle.

RESUMEN

La fe evangélica se ha difundido a un ritmo acelerado en Brasil, estando presente en prácticamente todo el territorio nacional, tanto en el campo como en la ciudad. La presencia de templos suntuosos o de construcciones humildes que albergan estas comunidades de fe transforma su entorno, configurando y remodelando territorios a través de la influencia de la religión. Por esta razón, comprender desde la perspectiva de la ciencia geográfica y del materialismo histórico el establecimiento de una comunidad de fe y su interacción con un territorio conquistado mediante la lucha por la tierra puede aportar nuevos elementos para entender la expansión territorial de las iglesias, así como sus conflictos y dilemas. Por lo tanto, el presente trabajo tiene como objetivo estudiar la conformación de una comunidad de fe evangélica en el seno del Asentamiento Egídio Brunetto, del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), en Lagoinha, São Paulo.

Palabras clave: territorialidad; evangélicos; lucha política.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	GEOGRAFIA E PENTECOSTALISMO: REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E POPULACIONAL DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO.....	15
2.1	Pentecostais no Brasil.....	17
2.2	A Geografia nos estudos sobre religião.....	21
2.2.1	Geografia Cultural.....	22
2.2.2	Território e Religião na Geografia Cultural.....	24
2.2.3	Território e Religião na Geografia Crítica.....	28
2.3	Questão agrária e religião.....	30
2.4	Caracterização da região do Vale do Paraíba.....	31
2.4.1	O Vale do Paraíba Paulista.....	32
2.4.2	Microrregião Paraitinga/Paraibuna.....	33
2.4.3	Município de Lagoinha.....	35
2.4.4	Assentamento Egídio Brunetto.....	36
2.4.4.1	Igreja Evangélica Tenda de Oração.....	38
3	TERRITORIALIZAÇÃO DOS PENTECOSTAIS EM ÁREA DE REFORMA AGRÁRIA.....	40
3.1	Pentecostalismo como movimento social.....	41
3.2	Formação do espaço pentecostal em território de reforma agrária.....	44
4	ASSENTADOS DO EGÍDIO BRUNETTO.....	47
4.1	O retorno.....	49
4.2	Retornamos iguais?.....	52
4.3	O que acontece quando retornamos?.....	54
4.4	Tenda de Oração e o MST.....	56
4.5	Uma nova religiosidade no campo.....	58
4.6	Assentados e evangélicos do Egídio Brunetto: Alda e Deca.....	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, agrupamentos humanos emergiram tendo como base a construção de locais destinados ao culto. Povoados, vilas e cidades surgem como reflexo da empreitada religiosa. O entorno de edifícios religiosos, por mais simples que fossem, serviram de mola impulsionadora para o desenvolvimento do local. A sede de uma igreja surge como centro administrativo da vila que um dia se tornará cidade, a praça da igreja, no caso da colonização realizada por portugueses e espanhóis no que hoje conhecemos como América Latina, por exemplo, se torna o lugar mais importante e de lá os novos centros urbanos se expandem.

A religião como agente mobilizador na produção do espaço é um fato, no entanto, a forma como essa relação se apresenta possui diversos aspectos, conforme o tempo e local onde ocorrem essas transformações. O caso proposto para análise e discussão, terá como tempo, no plano geral, as três últimas décadas, momento marcante da expansão das igrejas evangélicas no Brasil e América Latina, para buscar compreender o fenômeno, porém o foco será no tempo em que foi formado o Assentamento Egídio Brunetto, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e consequentemente, o período em que foi instalada a primeira comunidade de fé desta localidade.

O Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pelo acesso à terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. Atualmente, o MST é um dos maiores movimentos sociais da América Latina, organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais.

A história da criação do movimento está diretamente relacionada ao cristianismo, a presença sobretudo de católicos, além da participação de luteranos, na gestação do que viria

a ser o maior movimento social do país, teve caráter fundamental para seu fortalecimento e apelo popular perante a sociedade no período inicial da luta organizada pela terra. Michael Löwy (2016) assinala a grande importância de setores organizados da Igreja Católica brasileira, em especial a Comissão Pastoral da Terra e sua opção pelos pobres:

Perfeitamente secular e não confessional, o MST fixa suas raízes na cultura sociorreligiosa do “Cristianismo da Libertação”. Não se pode compreender sua origem sem evocar o papel da Igreja brasileira e, em particular, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). De todas as estruturas ligadas à Igreja, poucas encarnam a “opção prioritária pelos pobres” de modo radical e consequente quanto a CPT. (Löwy, 2016, p. 226)

A força demonstrada pelos setores progressistas da igreja católica, apesar de ainda ser um diferencial no apoio à luta dos trabalhadores, não é mais a mesma dos tempos iniciais do MST. Se experimentou nas últimas décadas, um certo afastamento das camadas populares da sociedade brasileira com o catolicismo, evidenciado pelo aumento dos evangélicos pentecostais, cuja a população é composta mais por mulheres do que homens, mais crianças e adolescentes do que adultos, mais negros, pardos e indígenas do que brancos, e apresentam maior proporção de pessoas com cursos de alfabetização de adultos, antigo primário e primeiro grau, ocupam mais empregos domésticos e precários e, em sua maioria, recebem até três salários mínimos (Mariano, 2008). Esse contingente de pessoas, fruto do processo de industrialização e do êxodo rural, ajudaram a formar periferias das grandes metrópoles brasileiras. A população que outrora foi expulsa do campo, vive outro momento de expulsão, agora dos centros urbanos, cujas periferias já não comportam tantas pessoas, encontrando apoio no MST e na luta pela terra, incorporando hábitos e costumes em um movimento de retorno ao campo trazidos das periferias, e a religião é um deles, sobretudo, o pentecostalismo, bastante presente nas regiões pobres das grandes cidades. Nos anos 90 já era possível identificar essa adesão de trabalhadores urbanos, como assinala o professor Bernardo Mançano Fernandes em sua tese de doutorado ao analisar o MST-RJ:

No final de 1993, o MST-RJ voltou a se organizar e desde então começou a se territorializar por diversas regiões do estado. Outro aspecto importante, que diferenciava de outros estados, era a participação massiva de trabalhadores urbanos na luta pela terra. (Fernandes, 1999, p. 135)

Portanto, em se verificando a mudança ocorrida do ponto de vista religioso na sociedade, por consequência, no seio do MST, passamos a detalhar quem são esses novos agentes.

No tocante ao espaço, a análise se dará sobre o território formado a partir da ocupação das terras da fazenda Bela Vista, localizada no município de Lagoinha, na região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, com a qual se pretende verificar como se dá a produção do espaço no interior de um território de assentamento, partindo do edifício religioso e dos assentados que compõem a comunidade de fé. O objetivo analisar a relação existente entre a religião evangélica pentecostal/neopentecostal e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na produção do espaço e a consequente formação de territórios e territorialidades no interior do Assentamento Agroecológico Egídio Brunetto, analisando os fatores que propiciam tal movimentação e suas consequências no meio em que ocorre.

Para a produção da análise proposta, a presente investigação focou no entendimento da interface Geografia-Religião, neste caso específico, a religião evangélica pentecostal e sua conformação territorial/populacional, através de referenciais teóricos acerca das duas temáticas, que serão discutidas no capítulo ***Geografia e pentecostalismo: referenciais teóricos para caracterização territorial e populacional do Assentamento Egídio Brunetto***, fazendo um debate sobre como a ciência geográfica trabalha a questão da religião, e a possibilidade de oferecer elementos para análise do crescimento evangélico na área de estudo. Além da bibliografia a respeito do tema, observações de campo e dados estatísticos acerca da população evangélica foram utilizados para a produção deste capítulo.

A partir da caracterização proposta anteriormente, o capítulo ***Territorialização dos pentecostais em área de reforma agrária*** estará destinado à análise do conceito de território, territorialidade e seus desdobramentos em relação ao estabelecimento de populações de religião evangélica pentecostal em áreas de reforma agrária, sobretudo as dirigidas pelo MST, que servirá de elemento comparativo no estudo da área objeto desta pesquisa. A discussão versará sobre movimentos sociais, territorialidade e em estudos de caso, como o surgimento de igrejas em territórios de reforma agrária, para demonstrar como esses espaços religiosos são capazes de provocar mudanças nos territórios rurais e nas comunidades locais. Para esse capítulo foram utilizados, além das observações de território, bibliografia dos campos da geografia e sociologia.

No capítulo ***Assentados do Egídio Brunetto***, a investigação retoma discussões anteriores para analisar o Assentamento Egídio Brunetto, articulando a criação da Tenda de Oração aos processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização dos

trabalhadores, tanto em suas dimensões materiais quanto espirituais. Com base em autores como Haesbaert, Canclini e Florestan Fernandes, busca-se compreender, na prática, como ocorreu a inserção dos evangélicos pentecostais nesse território.

A compreensão da dimensão religiosa, frequentemente tratada como um aspecto estritamente privado e de foro íntimo, revela-se fundamental para analisar suas múltiplas formas de incidência na sociedade brasileira. A religiosidade evangélica, foco central deste trabalho, manifesta-se em diversos contextos e territórios do país, assumindo, sobretudo nas últimas décadas, papel de destaque no cenário político nacional. Sua atuação tem influenciado debates sobre uma ampla gama de temas, com especial ênfase nas questões morais e de costumes, nas quais busca imprimir sua visão de mundo mediante estratégias de mobilização e pressão política.

Esse fenômeno marca uma inflexão significativa no pentecostalismo, cujo envolvimento direto com a política partidária era, até algumas décadas atrás, socialmente improvável e teologicamente rejeitado. Hoje, contudo, o eleitorado evangélico participa ativamente dos processos eleitorais e elege representantes comprometidos com suas pautas, configurando um novo arranjo entre fé, identidade social e poder político.

Diante desse cenário, investigar a interação entre território, política e religiosidade evangélica no interior do maior movimento social brasileiro, o MST, torna-se um exercício analítico indispensável. Tal abordagem permite reconhecer a heterogeneidade constitutiva do campo evangélico no Brasil, cuja presença se estende desde segmentos conservadores historicamente avessos à reforma agrária até comunidades ativas na luta pela terra. Essa diversidade demonstra que a religiosidade evangélica, longe de ser um bloco homogêneo, comporta contradições, disputas internas e diferentes modos de inserção na dinâmica sociopolítica e territorial do país.

2 GEOGRAFIA E PENTECOSTALISMO: REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E POPULACIONAL DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO

Apesar da temática parecer exaurida diante da superexposição na mídia, em razão das constantes menções nos meios de comunicação e na publicação de livros com os mais diversos vieses, fica claro que ainda existe muito a se discutir e pesquisar sobre o que conhecemos no senso comum como evangélicos. Dado o caráter da informação jornalística, que conta com pouco ou nenhum rigor científico, dependendo do meio de comunicação, a visão que tem a sociedade brasileira a respeito dos chamados evangélicos adquire um tom nebuloso, o qual se pode mudar a matiz de acordo com a perspectiva de cada um.

Atualmente no Brasil, está cada vez mais presente o debate sobre a participação cristã evangélica nos rumos da política nacional, e ainda que muito em voga, existem limites no entendimento de como essa parcela da população, que até outro dia estava nas sombras das decisões, agora se mostra como parte determinante do processo, com capacidade de ditar parâmetros, por exemplo, na corrida eleitoral. O voto evangélico é a grande novidade dos últimos vinte anos na política brasileira, aquela visão difundida no interior das igrejas, sobretudo nas pentecostais, de que “crente não se envolve com política”, se converteu até de maneira rápida, em “crente vota em crente”, o que era indevido, se tornou dever.

A incursão dos evangélicos no palco político institucional, não obstante o caráter popular da religião, cuja maioria dos fiéis advém das camadas mais desfavorecidas da população, está posicionada à direita do espectro ideológico, que se vale do “conservadorismo moral”, denunciando o que veem como um ataque aos valores cristãos, e levando a reboque o ideal neoliberal, próprio dos líderes das maiores e mais atuantes igrejas, adeptos da Teologia da Prosperidade e sua deturpação das Escrituras em prol de um pensamento mercantil da fé. Essa visão encontrou bastante respaldo no governo de extrema-direita derrotado no último pleito eleitoral, cujo lema era “conservador nos costumes e liberal na economia”.

Quando analisamos esse processo de inserção mais concreta dos evangélicos na política brasileira, é notório, como já citado, o viés conservador de direita, porém esse fato

não corresponde à totalidade dos fiéis, dado o caráter heterogêneo desta população. No campo da esquerda/progressistas, existem muitos elementos que vão ao encontro da cosmovisão cristã, e que contraditoriamente foi repelida por esse mesmo campo, surgindo uma certa resistência ao povo evangélico, ignorando o caráter popular da religião, se afastando da disputa por esses corações e mentes, tradicionalmente mais próximos dos ideais da esquerda, do que daqueles que hoje ditam o rumo político dos evangélicos

Esse texto não tem a pretensão de encampar um lado, mas a intenção de demonstrar a heterogeneidade desta população e o fato de serem parte importante da sociedade brasileira, o que não pode ser ignorado dentro das análises das ciências sociais em geral, inclusive a ciência geográfica, além, deve ser cada vez mais parte das pesquisas, pois essa população está presente e em franco crescimento nos mais diversos estratos sociais, notadamente os mais carentes, por todo o território nacional, trazendo uma visão de mundo nem tão nova, mas um tanto desconhecida para maioria da sociedade.

Ao se falar de evangélicos em um sentido geral, a sociedade, meios de comunicação e acadêmicos, ignoram a diversidade existente entre os que são denominados dessa forma. São muitas as correntes dessa vertente do cristianismo, inclusive, que não se denominam evangélicos, porém, assim são chamados pela mídia. Desde o surgimento do protestantismo com as 95 Teses de Lutero, passando por Calvino, a polissemia é reinante no meio cristão não católico. O termo evangélico na Europa, na época de seu surgimento possuía dois significados, o primeiro de caráter teológico na Alemanha, e o segundo de caráter político na Inglaterra (Gonçalves, 2023). Já no Brasil, apesar das igrejas manterem uma coerência teológica, como as pentecostais que utilizam o termo, outras denominações também fazem uso, ainda que liturgicamente seja diferente, como no caso das luteranas. Por essa razão, aos cristãos não católicos, se habituou a chamar de evangélicos (Gonçalves, 2023).

Após emergir na Europa, o protestantismo estabeleceu-se de forma decisiva nos Estados Unidos, que se tornariam a maior potência econômica e militar do mundo e onde essa religião passou a ocupar posição predominante. A partir desse contexto, difundiu-se pela América Latina, chegando ao Brasil no início do século XX, trazendo não apenas seus dogmas religiosos, mas também uma determinada visão de sociedade.

A formação dos Estados Unidos está profundamente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e à forte presença do protestantismo, elementos que se influenciaram mutuamente desde o período colonial, quando as primeiras colônias inglesas na América do Norte foram

fundadas majoritariamente por grupos protestantes, como puritanos e calvinistas, em busca de liberdade religiosa. Esses grupos introduziram uma ética baseada no trabalho árduo, na disciplina, na frugalidade e na valorização do sucesso individual, características que Max Weber identificou como centrais para a consolidação do “espírito do capitalismo”. Nesse ambiente, a organização social das colônias passou a enfatizar a propriedade privada, o empreendedorismo e a mobilidade social, diferenciando-se dos modelos aristocráticos europeus, ao passo que a crença na predestinação e na responsabilidade individual estimulou uma cultura em que o progresso material era frequentemente interpretado como sinal de bênção divina, reforçando práticas econômicas competitivas e a acumulação de riqueza. Ao longo dos séculos, essa articulação entre protestantismo e *ethos* capitalista permeou as instituições, as políticas e os valores culturais norte-americanos, contribuindo para a consolidação de um Estado nacional orientado pelo liberalismo econômico, pela meritocracia e pela exaltação da iniciativa privada, o que ajuda a explicar traços duradouros da sociedade e da economia dos Estados Unidos.

Apresentada essa definição de evangélicos, esse estudo vai além e se dedicará principalmente a dois grupos, os pentecostais e os neopentecostais, ainda que não exista consenso entre os pesquisadores que sejam ramos distintos.

2.1 Pentecostais no Brasil

Antes de iniciar este tópico, faz-se necessária a distinção entre as principais vertentes do protestantismo presentes no Brasil, em especial o protestantismo histórico e o pentecostalismo, cujas diferenças se expressam de modo significativo nos planos teológico, litúrgico e simbólico. O protestantismo histórico caracteriza-se, tradicionalmente, pela chamada “domesticação do sagrado” (Bastide, 2006), orientando suas práticas pela racionalidade, pela formalidade e pela ordem, com cultos centrados na doutrina, na teologia sistemática e na leitura bíblica, buscando conter manifestações consideradas emocionalmente excessivas ou “exóticas” do sagrado, como a glossolalia e os estados de possessão espiritual (Campos, 1996), o que resultou em uma liturgia mais contida e institucionalizada, responsável por conferir estabilidade simbólica a essas denominações; entretanto, no contexto contemporâneo do campo religioso brasileiro, tais igrejas vêm enfrentando a perda de bens simbólicos, sobretudo no que se refere à membresia, levando-as a incorporar, ainda que parcialmente, práticas litúrgicas oriundas do neopentecostalismo, em um esforço de adaptação à lógica de concorrência religiosa (Montes, 1998). Em contraste, o pentecostalismo, surgido

no início do século XX, distingue-se por colocar o Espírito Santo no centro de sua teologia e prática religiosa, atribuindo centralidade à experiência do batismo no Espírito Santo, expressa por sinais externos como a glossolalia, as curas e outras manifestações miraculosas, valorizando a vivência religiosa direta, emocional e carismática e a atuação sobrenatural no cotidiano dos fiéis, o que tem se mostrado particularmente eficaz na resposta às demandas religiosas de amplos setores populares e contribuído para sua expansão no país. Dessa forma, enquanto o protestantismo histórico se estrutura a partir da racionalização do sagrado, da estabilidade doutrinária e da formalidade litúrgica, o pentecostalismo se afirma pela centralidade da experiência carismática e por uma prática religiosa mais flexível e emocional, sendo a crescente penetração de elementos pentecostais nas igrejas históricas indicativa de um processo mais amplo de redefinição da identidade protestante no Brasil, marcado por tensões entre tradição, adaptação e concorrência no campo religioso.

Avançando para o final do século XIX e início do XX, se observa o aparecimento de novas denominações religiosas cristãs na América Latina, que irão disputar novos fiéis com o catolicismo. Na primeira década do século XX, na região do Brás, na cidade São Paulo, polo irradiador do desenvolvimento industrial e, também, zona que abrigava o maior contingente de imigrantes italianos, foi fundada a primeira igreja pentecostal do país, a Igreja Pentecostal Italiana, atuante até hoje, mas reconhecida Igreja Congregação Cristã no Brasil. No mesmo período e na esteira da urbanização, da industrialização e consequente fluxo migratório proporcionado pelo ciclo da borracha, no norte do país, em especial em Belém (PA), que missionários suecos vindos do Estados Unidos, iniciam a obra que futuramente se tornará a mais importante denominação evangélica do Brasil, a Assembleia de Deus. Vertentes do protestantismo pentecostal crescem virtuosamente a partir de então e alcançam na virada do século XX para o XXI, proporções grandiosas em uma terra em que a Igreja Católica participou ativamente na construção de um país.

O crescimento do campo evangélico Pentecostal no Brasil pode ser constatado através dos Censos de 2000 e 2010. Em 2000, já era possível aferir o crescimento exponencial do pentecostalismo. Os evangélicos totalizavam 26,2 milhões, em 2000. E em 2010, o número de evangélicos quase dobrou, atingindo 42,3 milhões de brasileiros, ou seja, cerca de 22% da população brasileira. Ao passo que o número de evangélicos cresceu, o de católicos diminuiu. Entre 2000 e 2010 ocorreu uma queda de 1,3% da população de católicos. José Eustáquio Diniz Alves (2017), pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística – ENCE/IBGE, estima que em 2040 a população de evangélicos terá ultrapassado a população católica.

Católicos, Evangélicos e Evangélicos Pentecostais no Brasil - 2010	
População total em milhões	190.755.799
Católica Apostólica Romana	123.280.172
Evangélicas	42.275.440
Evangélicas Pentecostais	25.370.484

Tabela 1 - População católica, evangélica e evangélica pentecostal no Brasil em 2010. Elaboração própria.

Fonte: IBGE – Censo demográfico

O aumento do protagonismo evangélico fica mais evidente a partir da terceira onda originada na década de 70 com o surgimento do neopentecostalismo, que é o ramo com maior visibilidade atualmente, o que termina por estereotipar para o público em geral a população evangélica. O neopentecostalismo cresceu, ganhou visibilidade e se fortaleceu no decorrer das décadas seguintes. A Universal do Reino de Deus (1977, RJ), a Internacional da Graça de Deus (1980, RJ), a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976, GO) e a Renascer em Cristo (1986, SP), fundadas por pastores brasileiros, constituem as principais igrejas neopentecostais do país. No plano teológico, caracterizam-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na terra, por pregar a Teologia da Prosperidade, difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, e por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo (Mariano, 2004).

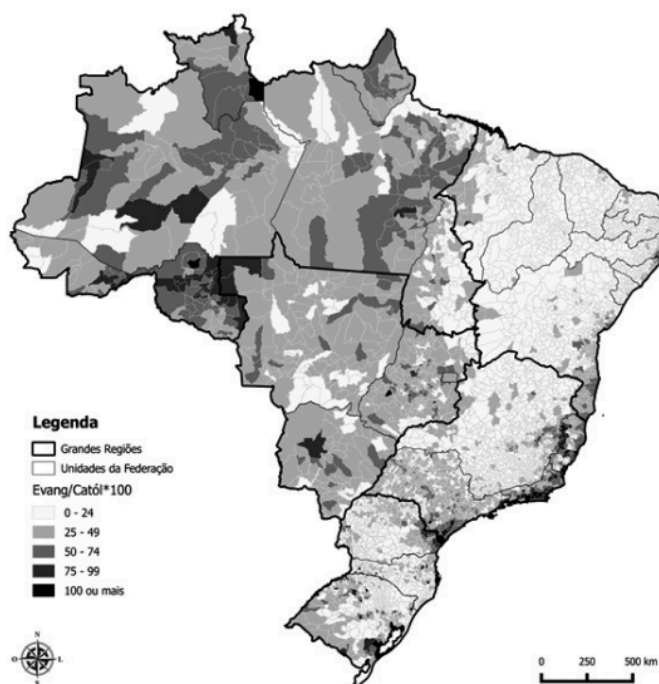


Figura 1- Razão de Evangélicos sobre Católicos (por 100) para os Municípios Brasileiros, 2010 (Elaborado por José Eustáquio Alves. Fonte: Censo demográfico IBGE, 2010)

O neopentecostalismo surge com uma proposta de atuação em consonância com o estágio atual de desenvolvimento econômico neoliberal, fundado em conceitos empresariais apoiados pela Teologia da Prosperidade, que tem na Igreja Universal do Reino de Deus seu principal sistema difusor, em que suas redes técnicas permitem a circulação ampliada do discurso da prosperidade individual financeira (Araújo, 2018, p.65).

Feita essa breve introdução de caráter informativo em relação à importante presença desta população, que a partir deste ponto denominaremos de evangélico pentecostal, passaremos à questão que é trabalhar o tema desde o ponto de vista da Geografia, e a possibilidade que esta ciência oferece para analisar a distribuição dos evangélicos pentecostais sobre um território de reforma agrária e seus desdobramentos. A interface religião e geografia possui uma série de interpretações que se baseiam em diferentes escolas de Geografia como ciência, o que veremos a seguir.

2.2 A Geografia nos estudos sobre religião

Os estudos sobre religião no Brasil, geralmente efetuados por antropólogos, sociólogos e historiadores, nos dão um importante panorama das relações sociais advindas do fato religioso e sua interface com o cotidiano, nas figuras dos costumes, da moralidade e, com mais força e visibilidade atualmente, com a política. Porém, além do fato destas ciências sociais oferecerem valioso suporte, existem aspectos que não são devidamente explorados, por não fazerem parte do *métier* desses estudiosos e pesquisadores. Dessa maneira, alguns elementos responsáveis pela constituição da sociedade são apenas mencionados de forma superficial e pouco trabalhados, como o conceito de território e seus desdobramentos. A produção do espaço pela humanidade; talvez seja um dos principais pilares da sociedade e, esse espaço construído, apesar de não ser um campo de estudo exclusivo, é o objeto chave de estudo da ciência geográfica. O espaço geográfico é a plataforma na qual as ciências sociais encontram insumos para suas pesquisas, onde se relacionam seus objetos, daí a necessidade de uma ciência que estude o palco das ações humanas e sua conformação através de relações sociais e com a natureza. Assim, pretende-se apresentar caminhos de análise da religião através da ciência geográfica e seus diferentes ramos pois, como as demais ciências humanas, é composta por escolas de pensamento com características e metodologias próprias, muitas vezes antagônicas entre si e, também, com certa proximidade em relação ao fim que se destina, independente dos meios que utilizam, que é elucidar a apropriação da natureza pela humanidade e sua conversão em espaço.

Como passo inicial para aprofundar a discussão sobre a produção do espaço da religião e seus desdobramentos, o presente texto tem o intuito de abordar, através de uma revisão bibliográfica, as diversas concepções do conceito de território, bem como; seus derivados, tais como territorialidade, territorialização e desterritorialização. Para melhor compreensão do objeto de estudo, que é o processo de instalação de uma comunidade cristã pentecostal no interior de um assentamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a busca de referenciais teóricos é de suma importância, ainda mais, quando se trata de conceito com muitas definições, mas, no caso em tela, como não poderia ser diferente, partimos da ciência geográfica, porém, aportes de outras ciências sociais e humanas também farão parte desta análise.

A ideia que se propõe neste texto é a de construir um apanhado bibliográfico da produção realizada no Brasil, ainda que se apresente, *en passant*, referenciais de outros países, o enfoque será primordialmente nacional, dada a complexidade, atualidade e peculiaridade do tema religioso no país, que nesta pesquisa versará sobre os evangélicos pentecostais e sua relação com o território e a territorialidade. Tentaremos trazer à discussão, duas visões distintas de análise do território, que podem ser lidas como antagônicas por alguns, mas, neste escrito, a ideia é demonstrar propostas de duas escolas geográficas para o estudo da religião como produtora de espaço, e como se diferem, ou até mesmo, se aproximam. Neste sentido, a revisão estará focada em duas dimensões espaciais, território e territorialidade, nas perspectivas da Geografia Cultural e da Geografia Crítica ou Marxista e sua interface com a Geografia da Religião.

Ao realizar a pesquisa bibliográfica acerca do tema em questão, podemos notar a escassez de obras que tratam o avanço da crença pentecostal no meio rural. O campo brasileiro é pouco explorado nessas análises, e isso se torna um fato que dificulta o aprofundamento da discussão. Apesar de ser notória a maior presença desta vertente religiosa no meio urbano, mais precisamente nas periferias, as denominações religiosas de caráter pentecostal também existem no ambiente rural, onde disputam espaço com a tradição católica, consequentemente, tal qual no urbano, alterando o território em que estão presentes, introduzindo novas formas de socialização e demonstração de fé.

2.2.1 Geografia Cultural

Antes de iniciar a discussão sobre território na perspectiva da Geografia Cultural, propriamente dito, se faz necessário realizar um histórico desta escola geográfica que, dentro do tema em questão, é a mais prolífica no ponto de vista da produção acadêmica, o que será visto mais adiante. Por ora, a intenção é apresentar a visão dessa corrente em relação à produção do espaço e seu arcabouço teórico, bem como seus principais expoentes.

A nomenclatura Geografia Cultural, apesar de aparecer em escritos já no fim do século XIX e início de século XX, através de geógrafos clássicos, seu desenvolvimento como ramo da Geografia aconteceu apenas a partir da segunda metade do século passado.

A geografia cultural nasceu no fim do século XIX, no mesmo momento que a geografia humana. Para alguns geógrafos, ela aparecia como uma outra formulação da geografia humana. Para outros, ela se interessava pela cultura material dos grupos humanos: as suas ferramentas, as suas casas, a sua maneira de cultivar os campos ou de criar animais. O seu desenvolvimento permanecia lento até os anos setenta. Depois, o seu caráter mudou. Doravante, o interesse maior é pelas imagens mentais, as representações, o simbolismo, as identidades. (Claval, 2013, p.5)

No Brasil, a Geografia Cultural se consolida com base no que se tornou o maior interesse desta escola, em detrimento dos primeiros estudos realizados na Europa, que enfatizava a ação concreta sobre determinado espaço, de caráter mais positivista, ou seja, se amparou no estudo da simbologia, das representações, das identidades e na forma como o ser humano imagina, um espaço mental, criado pelo que chamamos de cultura.

Trata-se, em realidade, de se penetrar nos “mundos de significados” (Cosgrove, 2000) que reafirmam a diversidade de interpretações atribuídas à existência humana, inclusive à sua espacialidade. Cosgrove reconhece o papel da imaginação na ação criadora do homem. A imaginação reelabora metaforicamente tudo aquilo que os sentidos capturam, criando e recriando significados que enriquecem a compreensão a respeito da existência humana. (Corrêa, Rosendahl, 2017, p.76)

Essa consolidação se inicia nos anos 1980, com o intercâmbio realizado com geógrafos da Europa e dos Estados Unidos, mas se estabiliza nos anos 1990, no Rio de Janeiro, com a criação de um departamento, o NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, por Zeny Rosendahl, de onde partiram muitos estudos sobre geografia e cultura, como os estudo de geografia e religião, pelas mãos da própria criadora do núcleo de pesquisas (Corrêa, Rosendahl, 2017).

O surgimento da Geografia Cultural como escola no Brasil, tal como fora do país, é visto pelos próprios pesquisadores entusiastas dessa visão como tardio, e apontam como responsáveis pela demora na consolidação a preferência pela academia, de outras vertentes como a geografia teórico-quantitativa e o materialismo histórico e dialético através do que se convencionou chamar de Geografia Crítica e Radical, essa última, se apresentará como contraponto à Geografia Cultural no ambiente acadêmico (Corrêa, Rosendahl, 2017). Esse embate entre a vertente cultural e o materialismo histórico dialético fica evidenciado e será melhor trabalhado adiante, mas é importante para contextualização deste momento, entender a visão dos geógrafos culturalistas, pois estes entendiam que, para os seguidores do

materialismo, a cultura estaria em segundo plano, por ser parte da superestrutura, devendo ser analisada apenas do ponto de vista econômico (Corrêa, 2003).

Para alimentar a discussão no Brasil, os geógrafos culturalistas se valeram de traduções, um expediente que inclusive é motivo de crítica por partes destes, quando tratam das outras correntes, até que se iniciasse uma verdadeira discussão em âmbito nacional e a produção de estudos vinculados à realidade brasileira, e para esse trabalho, terá mais valor a produção da Geografia Cultural que se atente às questões da religiosidade brasileira (Corrêa, Rosendahl, 2017).

A partir do estabelecimento da Geografia Cultural, baseada no que foi descrito acima, se iniciou a produção brasileira de estudos à respeito dos mais variados temas enquadrados como pertencentes ao âmbito da cultura: Festas populares como o carnaval e de santos, paisagem cultural, simbolismo, percepção, literatura, cinema, religião, entre outros, que fomentam pesquisas de caráter geográfico. A religião, dentre estes temas, assume grande importância, visto que para essa vertente, possui grande potencial, através do aspecto cultural que a permeia, de produção de espaço, ao que Zeny Rosendahl dá uma grande ênfase. A partir das ideias de Mircea Eliade, o sagrado e o profano têm sido vistos numa perspectiva geográfica (Corrêa, Rosendahl, 2017). Apesar da corrente se interessar por outros aspectos da cultura, fica evidente que o estudo da religião impulsionou mais estudos, em um movimento de retorno, que futuramente faria surgir a disciplina Geografia da Religião.

2.2.2 Território e Religião na Geografia Cultural

Após esse breve repasse histórico, o presente texto abordará algumas concepções do conceito de território à luz da Geografia Cultural, elencando sobretudo, a perspectiva brasileira do tema, a qual enfatiza além dos aspectos materiais e políticos, também o imaterial e o simbólico. O território, como parte componente do espaço produzido pela humanidade, possui diferentes formas de compreensão dentro das ciências sociais, porém neste caso, trataremos do espaço geográfico.

A Geografia Cultural possui algumas lacunas quando se trata do conceito de território, tema tão caro a outros ramos da ciência geográfica, como os que lidam com a questão política

e/ou materialista, mas ainda assim, é um campo explorado por essa vertente. No Brasil, se privilegiou e se consolidou na discussão cultural da geografia, conceitos de espaço vivido, lugar, paisagem e percepção (Risso, 2015, p.310).

Na perspectiva cultural da geografia, o conceito de território privilegia a forma como é pensada essa parcela do espaço por um contingente de população, através da percepção e das simbologias que advém de seu uso. O território adquire um aspecto imaginativo, onde sua ocupação se baseia principalmente, na questão subjetiva guiada pela cultura e relações de tal sociedade. Por exemplo, um território estabelecido em decorrência de uma crença ou mito de criação, no qual o sentimento do coletivo de pessoas é o motor para que ali, se desenvolvam e sejam criados limites observáveis de que tal espaço produzido pertence a um determinado povo, saindo da lógica material de ocupação, ainda que fatores de sobrevivência, como o terreno fértil ou sujeito à catástrofes naturais, sejam levados em consideração, essa observação estará respondendo a uma percepção, não a um método pré-estabelecido através de cálculos matemáticos, ou que correspondam à uma demanda sumamente política.

Mesmo não sendo o principal objeto da Geografia Cultural, continua sendo um conceito trabalhado por importantes geógrafos, dentre os quais, Rogério Haesbaert se apresenta, como o mais prolífico pensador do território na concepção culturalista. Para esse autor, o território é produzido através do exercício de determinado poder, porém este não é apenas político, mas também; simbólico, valendo-se do que apregoa Henri Lefebvre (1986), cuja análise faz distinção entre apropriação e dominação do território, na qual, ambos os verbos, são formas de poder, sendo a apropriação relacionada ao simbólico, ao valor de uso, o território como espaço-tempo vivido. Já o poder no sentido concreto, tem relação com o valor de troca, pois está inserido na lógica capitalista, capaz de produzir um espaço unifuncional. Para Lefebvre, o território unifuncional exerce uma dominação sobre o território apropriado, mas o ideal, em sua visão, seria a coexistência; e não uma relação de dominante e dominado.

Haesbaert; propõe o debate do território partindo da possibilidade de transformação do mesmo, seja com caráter negativo ou positivo, como as ideias de desterritorialização e multiterritorialização, que são contrapostas entre si. Não se pretende aqui, entrar a fundo nessa discussão, mas sim, demonstrar que para esse autor, o concreto não está distante do simbólico quando da concepção do território, e além, é fator importante para o compreensão do conceito, à partir de sua visão, que para alguns, não é culturalista, porém, entendemos que

sua proposta leva em consideração, com o mesmo valor, por exemplo, aspectos como identidade cultural, ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades (Haesbaert, 2005). Ao esmiuçar as ideais de múltiplos territórios, o autor lança mão da percepção, de ideários coletivos para constituição de território, abster-se de discutir as relações de poder, como diz próprio autor:

Alguns autores, numa visão mais estreita, reduzem a territorialidade à dimensão simbólico-cultural do território, especialmente no que tange aos processos de identificação territorial. Na maioria das vezes, porém, os autores não fazem esta distinção, a territorialidade sendo concebida como “aquilo que faz de qualquer território um território” (Souza, 1995:99), ou seja, as propriedades gerais necessárias à construção territorial – que variam, é claro, de acordo com o conceito de território ao qual estejamos nos referindo. (Haesbaert, 2005, p. 6783)

A ressalva feita por Haesbaert, demonstra a possibilidade de existir dentro da Geografia Cultural, de estudos capazes de unir as concepções simbólicas e materiais, porém dentro do sistema vigente, ou seja, de produção capitalista, o relativo equilíbrio, ou até mesmo a preponderância do concreto em determinadas análises, se apresenta como necessária, mesmo em temáticas que até outro dia, eram vistas apenas no campo do simbólico, como a religião.

Para realizar um contrabalanço do que até agora foi dito, se fará uma breve discussão sobre outro expoente da geografia cultural brasileira, que diferentemente de Haesbaert, que propõe uma relação mais próxima entre o concreto e o simbólico, Zeny Rosendahl, surge como a pesquisadora que propulsiona a Geografia Cultural de caráter mais fenomenológico, sendo, talvez, a maior responsável por expandir uma visão sumamente simbólica da produção de espaço e, conseqüentemente, do território. Para essa pesquisa, compreender a análise de território proposta pela autora é essencial, pois é sua autoria e contribuição, que ligam a ciência geográfica e a religião.

Rosendahl, para sua análise de território e territorialidade, parte das ideias de sagrado e profano, como fatores para a produção do espaço geográfico, dividindo e transportando para a Geografia, conceitos do campo simbólico e da percepção, que são comumente ligados a outras ciências sociais, como antropologia e sociologia, pois o concreto em sua análise, se mostra apenas, como mero resultante da imaginação criadora de um território sagrado e um território profano, ou seja, a resposta para essa territorialização possui caráter divino ou

mundano. O território é formado a partir do fenômeno religioso. A leitura da autora sobre produção do território é explícita ao dizer:

Torna-se importante interpretar o fenômeno religioso e suas interações com o homem e o território a partir de dois focos de análise: o sagrado e o profano. Parte-se da revelação que o território é dividido em lugares do cosmo, que estão profundamente comprometidos com o domínio do sagrado e como tal, marcados por signos e significados, e em lugares do caos, que designam uma realidade não divina. O primeiro qualifica-se como território sagrado enquanto o segundo representa ausência de consagração, sendo assim um território profano, um território não religioso. (Rosendahl, 2005, p.12929)

Essa abordagem proposta pela autora, e seguida por outros pesquisadores do campo da Geografia da Religião, não oferece elementos para entender completamente a territorialização de segmentos religiosos, sob o paradigma atual em qual vivemos, que é do sistema de produção capitalista.

O elemento econômico até está presente, porém é visto apenas na perspectiva do valor de uso, e estudar uma sociedade gerida pelo capital sem dar a devida importância aos processos de exploração e acumulação resulta em lacunas importantes para compreensão da territorialização de grupos religiosos. Reduzir o econômico apenas a sua simbologia, impede que entendamos a fundo o problema que leva a que a uma comunidade de fé pentecostal se instale no interior de um movimento social que luta por reforma agrária, contra a concentração de terras, baseada no esbulho de trabalhadores em favor do capitalismo agrário e o agronegócio, que é o real responsável pela existência de uma igreja em área de assentamento, pois antes do fato religioso existe a luta de classes nessa equação. Primeiro vem a sobrevivência do ser humano como motor da territorialização e, após, talvez a territorialidade partindo da religião, o que poderá ser verificado com a exposição do andamento da presente pesquisa.

Em face a isso, a questão que fica é a de que a Geografia da Religião, pautada apenas na leitura do simbólico, não dá conta, e muitas vezes serve como obstáculo para que outras vertentes da Geografia se apresentem como opção de análise para o fenômeno religioso. Nesse sentido, as proposições de Rogério Haesbaert, em comparação ao que propõe Zeny Rosendahl, se mostram mais úteis no debate, porém, ainda urge a necessidade de proposta mais crítica na análise da religião no sistema capitalista e a produção de território. O entendimento de que o indivíduo é religioso, neste sistema, não invalida o fato de que antes de

o ser, com exceção do sacerdote, o mesmo é um trabalhador explorado dentro desse sistema, e sua territorialização é reflexo, na maioria dos casos, fruto da exploração, que o faz criar novas territorialidades, seja no campo ou na cidade, seja habitando as periferias, ou ocupando latifúndios improdutivos.

2.2.3. Território e Religião na Geografia Crítica

Para iniciar esse tópico, devemos ter em mente que a religião sempre foi um aspecto da sociedade estudado pela Geografia Cultural, portanto, outras correntes da ciência geográfica, pouco aportaram a essa discussão, razão pela qual, se torna um desafio interessante, pensar formas de discutir o protagonismo crescente da religião na sociedade em tempos atuais, principalmente quando esse crescimento é dos pentecostais, grupo este, que está envolto em polêmicas das mais variadas, seja na mídia ou na política. Trazer essa discussão partindo da Geografia de recorte materialista histórico dialético, torna-se também, um trabalho que requer um esforço, visto que a produção acadêmica acerca do tema é bem incipiente. Outras ciências sociais vêm trabalhando essa questão com mais profundidade e a mais tempo, e partindo delas, a ideia é trazer uma perspectiva da produção de espaço do ponto de vista da Geografia, e como já citado, o território é o conceito que será utilizado para tal.

O estudo do território de matriz materialista histórico dialético é vasto, mas, para essa pesquisa, dada a especificidade do tema, e também a ausência de estudos que possam contribuir, tem-se que a obra de Bernardo Mançano Fernandes reúne importante base para entender a territorialidade a partir da reprodução espacial pentecostal. Partindo desse arcabouço, no qual a religião existe dentro do modo de produção capitalista, ainda que não produza relações capitalistas. Pensar as territorialidades diversas, criadas a partir dessa interação, proporcionará insumos para a pesquisa. A respeito, Fernandes diz:

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. (Fernandes, 2009, p.201)

Apesar desta pesquisa optar por seguir o materialismo histórico dialético, é evidente que o elemento imaterial desta relação, a religião, será analisado e considerado com rigor, mas

o foco principal será a produção concreta do território que deriva da interação entre religião e o movimento social, através de seu caráter multidimensional. A opção por essa visão se dá pela característica primordial do que se pretende estudar, ou seja, a formação do território através de agentes que se encontram inseridos em distintos contextos, capazes de conformar territorialidades específicas dentro de um mesmo espaço geográfico com muitas camadas. Sobre o conceito, Bernardo Mançano Fernandes, explica:

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade. (Fernandes, 2012, P.27)

Seguindo o que ensina Fernandes, entende-se que pode ocorrer a coexistência de dois ou mais territórios que se relacionam. No caso em tela, podemos observar de forma bem marcada algumas territorialidades materiais, como a ocupação e a produção de alimentos, e imateriais, construídas a partir do ideário da luta pela terra e pela religiosidade. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (Fernandes, 2008).

O caráter multidimensional do território e a possibilidade de se constituir de forma imaterial, traz a reflexão acerca do fortalecimento de um movimento dentro do movimento. Para isso, podemos nos amparar na presença evangélica pentecostal no interior do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O espaço geográfico comporta diversas territorialidades, sendo assim, o surgimento de uma territorialidade pentecostal a partir dos assentamentos, merece um estudo que leve em consideração a participação dos fiéis desta corrente religiosa. Como estão inseridos, são influenciados e influenciam as práticas e ações do movimento, que se trata, nada menos, de luta e disputa por território. Os estudos sobre a presença pentecostal no maior movimento de massas da América Latina ainda não dão conta de explicar, do ponto de vista da ciência geográfica, como se conformam essas territorialidades, porém abundam tratados sociológicos e antropológicos, a respeito do tema.

Desta forma, se apropriando da Geografia de base materialista, pretende-se basear a pesquisa sobre a territorialização da religião em meio a um processo de luta social, que busca subverter a ordem capitalista vigente, se deixar de lado o componente imaterial, que se não é o motor da luta, pode ser visto como aditivo ao combustível.

2.3. Questão agrária e religião

Expor os novos contornos religiosos do campo brasileiro e sua população, para além do econômico, possui grande potencial para o debate da questão agrária. Os últimos anos da política nacional foram permeados, e com aspecto de certa novidade, apesar das inúmeras indicações de força demonstrada, pela participação da população de fé evangélica, em especial, os pentecostais, nos rumos da sociedade. Pautas morais caras aos evangélicos se tornaram veículo para todo tipo de discussão no plano da política, mas, quando se analisa as novas territorialidades, encontramos pouco material a respeito do crescimento da população neste território. Por ser visto como um fenômeno de caráter essencialmente urbano, as discussões acerca da influência no campo, ficam em segundo plano, quase invisibilizadas, devida a predominância da religião católica. Esse panorama vem se modificando, ao passo que cada vez mais, essa corrente religiosa ganha espaço para além dos grandes centros urbanos, chegando também ao meio rural.

Dentro do que entendemos por questão agrária, o foco normalmente está posto quase que estritamente no campo econômico dos conflitos, o que é uma realidade, sem dúvida, porém, os conflitos no campo brasileiro vão além da sanha predatória explícita do capitalismo, aquela direta que massacra o camponês, que expropria e o violenta fisicamente. A conflitualidade atual no campo se adapta a um novo momento da sociedade, o qual traz elementos que, como já citado, são por vezes escanteados, como pautas de segunda classe, sendo assim, me refiro ao fato religioso, sobretudo ao avanço evangélico no campo, que ao olhar do pesquisador em sua quase totalidade, se trata de uma questão urbana. Neste sentido, Bernardo Mançano Fernandes diz:

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reducionista, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e

desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (Fernandes, 2004, PAG.2)

Nos parece importante pensar como podem se modificar as relações no campo à luz de novas contingências políticas em decorrência do possível aumento de evangélicos pentecostais no interior do país e pequenos municípios majoritariamente rurais. Quando analisamos os números atuais em âmbito nacional, temos uma previsão de aumento desta população, gerando nova conflitualidade. Por ser apenas um indício a ser comprovado, faz-se necessário desde já, que essa questão seja abordada de forma apurada, pois a tendência é de aumento da população pentecostal, trazendo a esta região, um contingente populacional externo à realidade predominantemente católica, oriundos das grandes cidades, expulsos pela precariedade da vida nos centros urbanos, trazendo consigo uma nova abordagem de mundo.

2.4. Caracterização da região do Vale do Paraíba

A religião como agente mobilizador na produção do espaço é um fato, no entanto, a forma como essa relação se apresenta possui diversos aspectos, conforme o tempo e local onde ocorrem essas transformações.

Como ponto de partida para a análise que faremos mais adiante, é necessária a caracterização demográfica da Microrregião Paraíba-Paraitinga, no Vale do Paraíba Paulista, onde se localiza o Assentamento Egídio Brunetto, no município de Lagoinha, que é uma zona marcadamente rural, formada por pequenos municípios, que histórica e majoritariamente é constituída por uma população com fortes raízes católicas, onde manifestações religiosas fazem parte da cultura local, na qual o culto aos santos padroeiros e ao Espírito Santo, são grandes demonstrações da força que possui a religiosidade católica rural.

Este trabalho, além de analisar a dinâmica da territorialização em área de assentamento rural, também pode nos dar um panorama do crescimento da fé cristã pentecostal no território desta parcela do Vale do Paraíba, região de grande importância econômica do Estado de São Paulo, e como isso pode afetar as relações camponesas, do que diz respeito ao modo de vida e suas tradições. Esse avanço pentecostal no campo religioso brasileiro, outrora ocupado pela religiosidade católica, evidencia-se em territórios diversos

dos habituais, e por ser uma crença tradicionalmente urbana, o pentecostalismo tende a criar uma nova territorialidade distinta da católica, na qual possivelmente elementos e tradições religiosas construídas ao longo de séculos perderão significado, como por exemplo as festas de santos padroeiros, folia de reis e outras manifestações culturais vinculadas aos territórios onde ocorrem.

2.4.1. O Vale do Paraíba Paulista

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, no estado de São Paulo, com aproximadamente 2.500.000 habitantes, segundo a Fundação Seade, possui o terceiro maior PIB do estado, sendo uma das zonas industriais mais importantes do país, todavia, possui fortes características rurais, fruto do passado agrícola, sobretudo, derivado do período da cafeicultura baseada no trabalho escravo, conservando ainda nos municípios menores, traços culturais e religiosos advindos desta época, na qual predominava o Catolicismo. Esse panorama vem se modificando na região, acompanhando o que ocorre no restante do país, a região também experimenta o avanço da fé evangélica, em especial, a pentecostal.



Figura 2 - Mapa de São Paulo com Vale do Paraíba em destaque

Com base no Censo de 2010, a região contava com uma população de 511.400 autodeclarados evangélicos, sendo destes, 302.666 pentecostais, a análise a seguir, terá por finalidade, verificar esse avanço, principalmente, nos municípios valeparaibanos com forte caráter católico e que mantém suas características rurais, pois, diferentemente dos grandes centros econômicos da região, parecem que de certa maneira, pararam no tempo,

mantendo tradições e modo de vida similar a tempos passados.

2.4.2. Microrregião Paraitinga/Paraibuna

As microrregiões são compostas por municípios limítrofes que apresentam organização espacial semelhante, considerando também similaridades socioeconômicas. De acordo com o IBGE (1990), em 1989 foi aprovada a Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. As microrregiões foram criadas como partes das mesorregiões que possuem especificidades na organização do espaço, relacionadas à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativista ou pesqueira. Essas diferenças produtivas podem resultar tanto de elementos naturais, como as formações serranas em áreas sertanejas, quanto de relações sociais e econômicas particulares, como a presença de mão de obra não remunerada em regiões de estrutura capitalista (Machado, 2016).



Figura 3 - Mapa da Microrregião Paraibuna-Paraitinga em destaque

A Microrregião de Paraibuna/Paraitinga, inserida na mesorregião do Vale do Paraíba e Litoral Norte do estado de São Paulo, é composta pelos municípios de Jambuí, Redenção da Serra, São Luís do Paraitinga, Lagoinha, Cunha, Paraibuna e Natividade da Serra. Caracteriza-se por uma paisagem montanhosa e vales profundos, parte da Serra do Mar e da bacia do rio Paraíba do Sul. Historicamente vinculada à economia cafeeira, a região enfrentou declínio produtivo e empobrecimento rural, conservando, entretanto, uma forte presença de pequenas propriedades agrícolas e práticas familiares de cultivo. Atualmente, combina

atividades agropecuárias tradicionais, iniciativas agroecológicas e turismo rural e ecológico, destacando-se também por seu patrimônio histórico e cultural

Município	Área (km²)	População (2010)	População (2022)
<u>Cunha</u>	1.407,25	21.866	22.110
<u>Jambeiro</u>	184,41	5.349	6.397
<u>Lagoinha</u>	255,47	4.841	5.083
<u>Natividade da Serra</u>	833,37	6.678	6.999
<u>Paraibuna</u>	809,57	17.388	17.667
<u>Redenção da Serra</u>	309,44	3.873	4.494
<u>São Luiz do Paraitinga</u>	617,31	10.397	10.337

Tabela 3 - População da Microrregião Paraibuna-Paraitinga em 2010 e 2022 - Fonte: IBGE - Censo demográfico

Município	Evangélicos (total)	Pentecostais	Católicos	População (2010)
<u>Cunha</u>	4.675	2.119	16.441	21.866
<u>Jambeiro</u>	1.149	703	3.886	5.349
<u>Lagoinha</u>	202	157	4.523	4.841
<u>Natividade da Serra</u>	1.338	893	4.914	6.678
<u>Paraibuna</u>	2.110	1.324	14.316	17.388
<u>Redenção da Serra</u>	515	384	3.207	3.873
<u>São Luiz do Paraitinga</u>	1.139	952	8.796	10.397

Tabela 4 - População evangélica pentecostal e católica na Microrregião Paraibuna-Paraitinga em 2010.

Fonte: IBGE - Censo demográfico

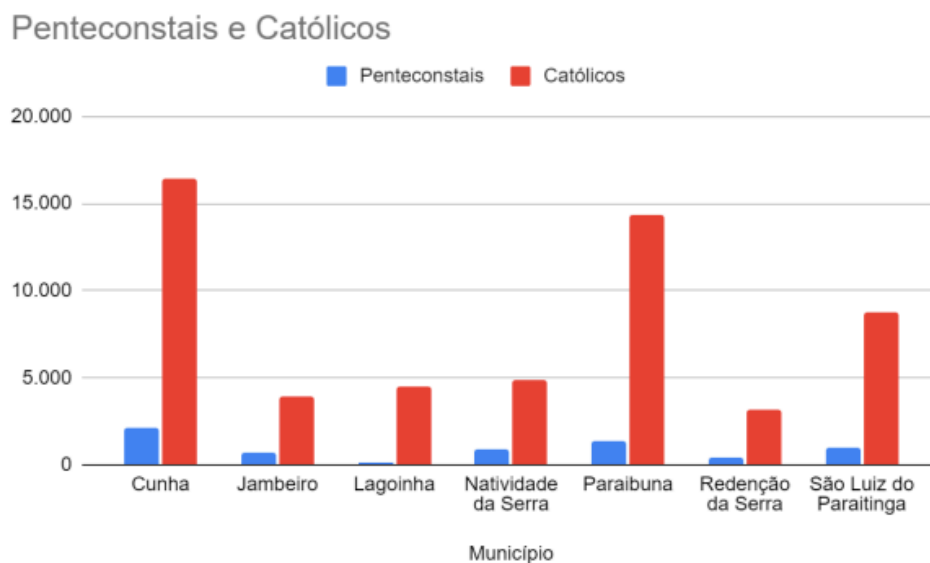


Figura 4 - Gráfico comparativo da população católica e evangélica pentecostal na Microrregião Paraibuna-Paraitinga em 2010. Fonte: IBGE - Censo demográfico

Por ora, nos interessa a análise da população desta área. Os Censos de 2010 e 2022, demonstram que o número de habitantes desses municípios pouco se alterou, mantendo uma certa estabilidade populacional, o que poderia indicar que também, a manutenção do número de fiéis, mas em decorrência do avanço evangélico, a intenção posterior é a de verificar se esse fenômeno também atingiu esses municípios.

2.4.3 Município de Lagoinha

Lagoinha é um município localizado no interior do estado de São Paulo, na região do Vale do Paraíba, próxima a cidades importantes como Taubaté e São José dos Campos. O município de Lagoinha tem suas origens no período colonial, quando a região era habitada por indígenas e posteriormente colonizada pelos portugueses. O nome da cidade, "Lagoinha", é uma referência a um pequeno lago ou açude que existia na região, uma característica natural que influenciou a formação do povoado.

O povoado de Lagoinha foi fundado em 1885 e, inicialmente, fazia parte do município de São Luiz do Paraitinga. A partir de 1953, a cidade passou a ter autonomia e foi oficialmente reconhecida como município. Historicamente, essa região se formou baseada no

latifúndio, na exploração de mão de obra escravizada e na monocultura predatória. No Vale do Paraíba, ainda persistem resquícios dessa ocupação nas relações sociais, o cotidiano ainda é marcado por relações que remontam ao fim do século XIX. Diante desse intenso ciclo de exploração que permeou a história da ocupação do território do Vale do Paraíba, do café à silvicultura do eucalipto, inúmeros impactos negativos e consequências e transformações para os camponeses. (Tinti, 2017, p. 90).

2.4.4. Assentamento Egídio Brunetto

O Assentamento Egídio Brunetto é fruto da luta e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região do Vale do Paraíba, a partir da ocupação das terras da fazenda Bela Vista, localizada no município de Lagoinha, no estado de São Paulo. A ocupação foi um processo iniciado em 2010, porém interrompido após uma grande enchente atingir a região, e ser retomada em acampamento por cerca de 55 famílias, este ainda é número de famílias vivendo na área.

Atualmente as famílias do Egídio Brunetto enfrentam a inércia do Estado e do Incra na regularização da terra, vivendo com incerteza, apesar da área ter sido declarada de interesse para reforma agrária. Mesmo com ataques dos antigos proprietários, a terra transformada de pasto degradado em agroflorestas simboliza a resistência e o futuro promissor para os trabalhadores da terra.

A Fazenda Bela Vista, no município de Lagoinha chegou a ser vistoriada, desapropriada, pago os Títulos de Dívida Agrária (TDAs), empossada pelo Incra em 2013, contudo as famílias acabaram por perder a área para o antigo proprietário, que durante o processo arrendou o imóvel para o Grupo Saad, ligado à Rede de Televisão Bandeirantes, para a produção de milho, e vem argumentando que a área encontra-se na zona de amortecimento da Serra do Mar, apesar do despejo das famílias ocorrido em novembro de 2014, ainda mantém-se disputa judicial a respeito da Fazenda, pois o valor da terra nua já foi pago em TDAs ao proprietário. (Tinti, 2017, p.99).

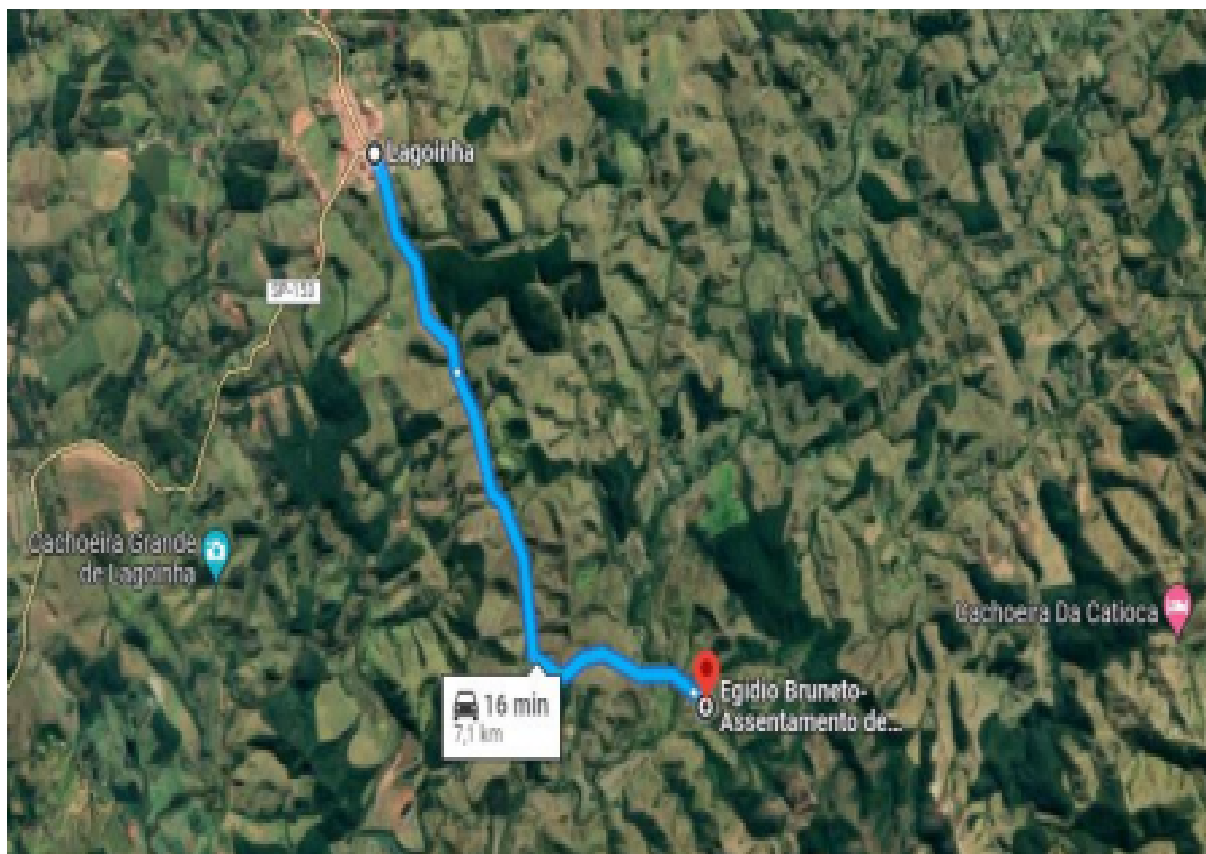


Figura 5- Vista aérea do município de Lagoinha/SP e do Assentamento Egídio Brunetto. Google Maps

A produção agroecológica no Assentamento Egídio Brunetto tem se consolidado nos últimos anos, com destaque para os Sistemas Agroflorestais (SAFs), que já produzem hortaliças, legumes, frutas e pomares em formação. A comunidade enfrenta desafios como geadas e incêndios, mas criou uma brigada de incêndio para conter focos, especialmente durante a seca. As sementes crioulas, como o milho Palha Roxa, desempenham um papel importante na restauração ecológica e produtiva, junto com a coleta de sementes para reflorestamento. Além disso, as famílias produzem mel, leite e derivados, comercializados principalmente em feiras em diversas cidades. Para fortalecer essa produção, é essencial que trabalhadores urbanos organizem grupos de consumo e compra coletiva, apoiando o acesso a alimentos agroecológicos e sem exploração.

2.4.4.1 Igreja Evangélica Tenda de Oração

A Igreja Evangélica Tenda de Oração foi o nome escolhido pelos assentados Deca e Alda para a igreja erguida de forma rudimentar em uma área do assentamento. Inicialmente construída de bambu, o simples templo começa a ganhar forma em alvenaria, porém, ainda rústico, com blocos à mostra e mantendo a cobertura de lona. Como todo assentamento, as construções evoluem de forma lenta, como as vidas que neste espaço são reconstruídas.



Figura 6 - Templo - Igreja Evangélica Tenda de Oração

De vertente pentecostal, a igreja não assume uma identidade oficialmente ligada a uma grande denominação, embora seus pastores sejam fiéis originários da Assembleia de Deus. Desta forma, seus ritos são similares em forma aos demais cultos pentecostais. Essa independência é um indicativo importante da possibilidade de estar inserida em um contexto de luta pela terra, e dentro de um movimento social ligado à esquerda, ao qual, seus pastores estão sumamente integrados, pois são vistos como lideranças em sua comunidade, participando ativamente do cotidiano do assentamento.



Figura 7 - Igreja Evangélica Tenda de Oração

Neste capítulo, a proposta foi apresentar os elementos constituintes que virão influenciar a pesquisa em si, e que serão mais bem aprofundados ao longo da investigação. Referenciais teóricos e o debate acerca do estudo do tema religião na Geografia a partir do materialismo, buscando se diferenciar da análise meramente cultural. Também neste capítulo, vimos a necessidade de localizar e caracterizar os indivíduos e locais, isso proporciona uma melhor visualização da realidade. Desta forma, ao estilo das monografias regionais, esse capítulo preambular servirá de apoio para a discussão do território que seguirá nos próximos capítulos.

3 TERRITORIALIZAÇÃO DOS PENTECOSTAIS EM ÁREA DE REFORMA AGRÁRIA

A análise da organização pentecostal e sua atuação perante demandas importantes para a sociedade brasileira, sobretudo as pautas morais, seja através de pressão proselitista ou institucional, com a eleição de representantes, possibilita ao pesquisador pensar a existência dessa vertente religiosa como um verdadeiro movimento social, e partindo dessa premissa, por extensão, também traz a possibilidade de buscar uma leitura do pentecostalismo como um movimento socioterritorial. Por seu caráter popular, o movimento pentecostal possui grande presença e forte influência, em camadas mais carentes, notadamente em áreas urbanas pauperizadas, onde se tornaram responsáveis por encampar diversas atividades de assistência em que o Estado deveria estar presente.

Em razão da desigualdade característica da sociedade brasileira, e mediante o avanço da religiosidade evangélica pentecostal em número de praticantes, esse contingente de fiéis está ultrapassando o urbano e se difundindo também nas áreas rurais, comumente associada à religiosidade católica. Essa entrada no meio rural tem sido gradativa, porém nos últimos anos, já é possível notar nas paisagens do campo, o surgimento de igrejas pentecostais e o consequente aumento do número de fiéis em diversos espaços, o que pode resultar em novas nuances culturais a partir de novos territórios.

Vislumbra-se o entendimento de que esta religiosidade tem a possibilidade de modificar o espaço geográfico a partir da criação de territórios dentro deste espaço, conformando uma nova realidade rural, através da capacidade política de mobilização que possuem.

Este capítulo propõe uma reflexão crítica sobre a emergência de novas territorialidades rurais decorrentes da expansão do pentecostalismo no campo brasileiro, com ênfase nos assentamentos de reforma agrária. Reconhece-se que, apesar de sua presença consolidada, essa população religiosa ainda carece de mobilização organizada em torno de um projeto territorial específico.

3.1 Pentecostalismo como movimento social

Para o exercício de compreender o pentecostalismo como movimento social, é preciso entender como se constituíram os movimentos sociais no Brasil, e quais foram os motivos para que a população se organizasse. Os movimentos sociais no Brasil ganharam força no pós-golpe cívico-militar de 1964, formado por camadas populares, artistas e intelectuais, e dentro destes movimentos, havia religiosos vindos das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), vinculados à Teologia da Libertação (Scherer-Warren, 2007). A participação de religiosos oriundos das CEBs na política se apresenta como um ponto importante para vislumbrar novas possibilidades de atuação de pentecostais, fora da ideia de que são figuras meramente conservadoras, visto que a Igreja Católica em seu cerne também possui esse caráter, e isso não foi um fator limitante para que elementos ligados à essa vertente tivessem papel preponderante nas movimentações dentro do contexto da redemocratização, principalmente atuando entre os brasileiros mais desfavorecidos, no campo e na cidade, com a criação das pastorais, como por exemplo, na criação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Michael Löwy (2016) assinala a grande importância de setores organizados da Igreja Católica brasileira, em especial a Comissão Pastoral da Terra e sua opção pelos pobres:

Perfeitamente secular e não confessional, o MST fixa suas raízes na cultura sociorreligiosa do “Cristianismo da Libertação”. Não se pode compreender sua origem sem evocar o papel da Igreja brasileira e, em particular, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). De todas as estruturas ligadas à Igreja, poucas encarnam a “opção prioritária pelos pobres” de modo radical e consequente quanto a CPT (Löwy, 2016, p. 226)

A força demonstrada por setores progressistas da Igreja Católica, apesar de ainda ser um diferencial no apoio à luta dos trabalhadores, não é mais a mesma dos tempos iniciais do MST. Se experimentou nas últimas décadas um certo afastamento das camadas populares da sociedade brasileira com o catolicismo, evidenciado pelo aumento dos evangélicos pentecostais, cuja a população é composta mais por mulheres do que homens, mais crianças e adolescentes do que adultos, mais negros, pardos e indígenas do que brancos, apresentam maior proporção de pessoas com cursos de alfabetização de adultos, antigo primário e primeiro grau, ocupam mais empregos domésticos e precários e, em sua maioria, recebem até três salários mínimos (Mariano, 2008).

Como é conhecido, a igreja é promotora de ações que afetam positivamente uma grande parcela da população carente não só do Brasil, mas na maioria dos países em desenvolvimento, atuando em espaços onde o Estado não está presente e, também, em locais onde o mesmo é o próprio causador do problema. Seja nas periferias das grandes cidades ou nos mais longínquos rincões, a igreja surge como fator de mudança na vida de pessoas marginalizadas, atuando na educação, saúde, resolução de conflitos familiares, especialmente em casos de violência doméstica, na ressocialização de pessoas egressas do sistema carcerário, entre outras ações em que o Estado deveria ser o agente da assistência. Devido à desigualdade existente dentro do sistema, esse vácuo é ocupado por religiosos, e nesse aspecto, o pentecostalismo brasileiro, devido a sua estrutura capilarizada e descentralizada, alcança camadas da população carente de apoio em questões primordiais de existência. Essa atuação tem poder aglutinante, não apenas do ponto de vista religioso, pois além da crença e da espiritualidade, existem fatores sumamente terrenos, como os de comunidade e pertencimento.

Fazendo uma analogia com os movimentos sociais reconhecidos como tal, o trabalho efetuado pelas igrejas pentecostais acaba, de alguma maneira, por promover justiça social, visto que muitas das ações buscam trazer dignidade às pessoas que dificilmente teriam acesso ao mínimo de educação, por exemplo.

Essas ações positivas acabam por gerar engajamento de diferentes formas, afetando também diversos setores da população, de acordo com o tipo de mobilização que são capazes de levar adiante. O pentecostalismo sempre foi atrelado a um ideal conservador, principalmente quando se trata de costumes, se colocando contra pautas progressistas, como a união homoafetiva, a legalização do aborto e a redução da maioria penal. Essa contradição pode gerar estranhamento quando se propõe pensar esse movimento como um fato positivo para a sociedade, mas é inegável que na capacidade de mobilização dessa camada, também podem existir outras intencionalidades, porque aqui cabe fazer a distinção entre algumas lideranças e os fiéis das igrejas pentecostais. A visão generalizada que a sociedade, em grande medida alimentada pela mídia e pelo preconceito, tem a respeito dessa população, não condiz com a realidade da massa de fiéis, formada essencialmente por trabalhadores precarizados, mulheres e negros, ou seja, um contingente de pessoas historicamente atacadas em seus direitos fundamentais.

Em função desse crescimento e de sua atuação junto às camadas mais pobres da população, surge a possibilidade de pensarmos o pentecostalismo, mesmo que ainda não esteja organizado institucionalmente, como um movimento social. Ao estudar os movimentos sociais na América Latina, Alain Touraine diz:

A aplicação da noção de movimento social a sociedades que se pensaram e se organizaram em termos menos sociais do que políticos, pode também ser feita a sociedades ainda mais distanciadas das sociedades industriais. Se uma sociedade, ela mesma, se concebe, analisa e descreve suas próprias práticas e seus próprios conflitos em termos religiosos, não há nenhuma razão para não aplicar a esses movimentos religiosos a noção de movimento social. É quase ilimitado o campo de aplicação dessa noção, reforçando sua extrema importância, assim como dos conflitos sociais centrais das sociedades industriais e da noção de movimento social, que tem permitido analisá-los de maneira adequada. (Touraine, 2006, p.22)

Uma possível atuação de pentecostais como movimento social, ou dentro de movimentos já consolidados, como parte integrante destes, traz à tona a discussão de novas territorialidades, e conseqüentemente, a formação de novos movimentos socioterritoriais.

A importância de analisar o surgimento de novas territorialidades a partir da inserção de pentecostais no interior de movimentos sociais, tradicionalmente alinhados ao campo da esquerda e ao progressismo, como o MST, reside no fato das ideias que carregam cada corrente de trabalhadores que compõem a luta pela terra serem supostamente antagônicas, dado o caráter conservador da religião, porém, essa característica não é exclusiva de pentecostais. Em todo caso, existem diferenças entre cristãos, e isso tem potencial para novas configurações territoriais dentro de um assentamento, por exemplo. Nas eleições de 2022, muitos pentecostais apoiaram o candidato derrotado, ligado à extrema-direita, Jair Bolsonaro, conhecido por criminalizar o MST. Neste texto, não temos elementos para afirmar o apoio de assentados pentecostais ao candidato derrotado, mas existe a possibilidade de que tenha ocorrido, tal como, o apoio ao candidato vencedor, Luiz Inácio Lula Silva, visto por muitos pentecostais, como um inimigo.

Tantas nuances no plano ideológico, e sendo o território, além da dimensão física, um espaço imaterial, sugerem um campo fértil para pensar refletir como a territorialidade se expressa no interior de um movimento social de trabalhadores.

3.2 Formação do espaço pentecostal em território de reforma agrária

O pentecostalismo possui grande capacidade de engajamento e organização, obedecendo sua histórica forma de expansão espacial. A nucleação, fator importante, pois é essencialmente o embrião de uma nova igreja, alcança quase todo o território brasileiro, levando o evangelho para aqueles que não comungam da fé. Para o pentecostal, cada fiel deve levar a palavra conforme o Livro de Marcos, capítulo 16, versículo 15:16: ‘E disse lhes: Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura’.

No exercício proposto, podemos perceber que a presença de pentecostais no seio do MST, apesar de parecer uma contradição para muitos pesquisadores sociais, que por vezes criticam de forma preconceituosa esse segmento, se apresenta apenas como um reflexo da falta de políticas públicas como a reforma agrária. O caráter popular da religião, e a informalidade que pressupõe a expansão da religião, permite que um trabalhador sem-terra de fé pentecostal, de origem humilde, sem formação acadêmica, possa iniciar a constituição de uma igreja, e consequentemente, uma nova territorialidade, como poderá ser verificado no caso da Tenda de Oração no Assentamento Egídio Brunetto. A respeito dessa característica, Mônica Sampaio Machado observa;

A territorialidade pentecostal é marcada pela descentralização de decisões e por uma informalidade que facilita de maneira considerável a difusão dessa crença no espaço. Tais características permitem ao pentecostalismo, não apenas o acompanhamento, mas, sobretudo, a adaptação às causalidades e às transformações inerentes e imanentes à sociedade moderna. (Machado, 1997, p. 230).

Para analisar a possibilidade de um espaço pentecostal, é importante pensar o conceito de território em seu caráter multidimensional. A opção por essa visão se dá pela característica primordial do que se pretende estudar, ou seja, a formação do território através de agentes que se encontram inseridos em distintos contextos, capazes de conformar territorialidades específicas dentro de um mesmo espaço geográfico com muitas camadas. Sobre o conceito, Bernardo Mançano Fernandes, explica:

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como

território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade (Fernandes, 2012, P.27).

Seguindo o que ensina Fernandes, entende-se que pode ocorrer a coexistência de dois ou mais territórios que se relacionam. No caso em tela, podemos observar de forma bem marcada algumas territorialidades, materiais, como a ocupação e a produção de alimentos, e imateriais, construídas a partir do ideário da luta pela terra e pela religiosidade. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (Fernandes, 2008).

A partir do princípio da multidimensionalidade do território, a criação da Tenda de Oração no Assentamento Egídio Brunetto, pode ser compreendida como parte de um processo complexo em que o território é vivido e construído nas suas múltiplas dimensões: política, econômica, social, cultural, espiritual e simbólica, como veremos mais adiante no capítulo dedicado à formação de territorialidade da igreja.

O caráter multidimensional do território e a possibilidade de se constituir de forma imaterial, traz a reflexão acerca do fortalecimento de um movimento dentro do movimento. Para isso, podemos nos amparar na presença evangélica pentecostal no interior do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O espaço geográfico comporta diversas territorialidades, sendo assim, o surgimento de uma territorialidade pentecostal a partir dos assentamentos, merece um estudo que leve em consideração a participação dos fiéis desta corrente religiosa. Como estão inseridos, são influenciados e influenciam as práticas e ações do movimento, que se trata, nada menos, que luta e disputa por território. Os estudos sobre a presença pentecostal no maior movimento de massas da América Latina ainda não dão conta de explicar, do ponto de vista da ciência geográfica, como se conformam essas territorialidades, porém abundam tratados sociológicos e antropológicos, a respeito do tema.

Partindo do conhecimento existente, ainda não se pode concluir que tipo de territorialidade está se constituindo a partir desse amálgama do pentecostalismo com o

movimento social, pode-se originar alguns desdobramentos, tais como cisões e disputas por território, e ao contrário, alguns estudos apontam a intersecção entre os ideais do movimento e a lógica cristã, esse fenômeno pode ser observado na mística, como exemplifica Christine Chaves (2022):

Nesse sentido, a introdução de certo ethos protestante, trazido mais recentemente pela crescente presença de fiéis de diversas denominações evangélicas nas fileiras do MST, não afeta a articulação entre estrutura simbólica, conteúdo político e sentido sacralizador que configuram a especificidade da mística sem-terra. É possível mesmo dizer que ele renova a matriz de significação primeira representada pela Teologia da Libertação ao mesmo tempo que mostra sua fecundidade e capacidade englobadora. Impulsionado por lideranças locais femininas, cuja influência merece melhor atenção de pesquisa, o atual influxo evangélico destaca-se pelo recurso a símbolos e atitudes específicos desse ethos, como a reintrodução de preces e cânticos religiosos em reuniões e encontros locais, a ratificação de decisões coletivas em assembleias com a interjeição “amém”, e a escolha de referências bíblicas para nominar acampamentos e assentamentos, a exemplo de “El Shadai”, “Terra Prometida”, “Nova Jerusalém” (Chaves, 2022).

Claude Raffestin (1993), quando analisa a questão, a religião aparece também como parte do fenômeno do poder em sua lógica territorial, com a função de assegurar as mediações em um sistema sêmico. O fenômeno religioso é marcado pelas relações de poder à medida que distingue o sagrado do profano, criando padrões de mundo que se tornam referência na vida do homem religioso. O caráter popular dos pentecostais converge com os anseios dos trabalhadores imbuídos na luta pela reforma agrária, e sua presença nas fileiras do MST pode se apresentar como algo positivo, embora essa visão ainda não seja a corrente. A junção de luta social e fé deram início a esse importante movimento, e esse ímpeto perseverante pode ser retomado pelos fiéis.

Assim, temos que o potencial mobilizador de pentecostais, aliada à sua histórica forma organizativa, independente das pautas com que estão envolvidos, é um fator importante para a concretização de novas territorialidades.

4 ASSENTADOS DO EGÍDIO BRUNETTO

O Assentamento Egídio Brunetto I é formado por 55 famílias de trabalhadores de diversas origens, sendo em sua maioria, pessoas originárias do meio urbano, vindas de várias localidades nas proximidades da capital, principalmente o Vale do Paraíba, mas também conta com assentados vindos da região metropolitana de São Paulo, sobretudo de suas periferias, onde viviam em condição de grande vulnerabilidade social.

Muitos desses trabalhadores e trabalhadoras, apesar da origem urbana, fruto do êxodo que levou suas famílias buscarem novas oportunidades nas cidades, já haviam experimentado a vivência do campo no passado, uma memória presente em muitos dos assentados, sendo essa, talvez, a principal razão para se inserirem no MST e na luta pela terra. Mirian Simonetti (1999), na apresentação de sua tese de doutorado sobre o Assentamento Reunidas, em Promissão, município localizado na mesorregião de Bauru, interior de São Paulo, destaca que trabalhadores que possuem em comum a vivência da expropriação/des-territorialização do campo (quer como camponeses ou seus filhos), a migração para diversas regiões do país, a proletarianização e a reprodução social na cidade, ainda alimentam o desejo de retorno à terra e de retomar ou vivenciar atitudes e valores de um estilo de vida baseado no universo camponês (Simonetti, 1999 p.1).

Também compõem o assentamento, aqueles nascidos na cidade, porém sem qualquer ligação com o campo até a adesão ao Movimento, movidos pelo ideal da luta no campo ou até mesmo, pela busca de uma qualidade de vida melhor que a urbana. Independente do intuito pessoal, esse caráter diverso dos trabalhadores faz com que o Movimento se fortaleça, agregando experiências diversas em prol da construção de um território voltado à produção agroecológica e a luta por Reforma Agrária.

Essa diversidade apresentada pelo Assentamento Egídio Brunetto I, que é um elemento comum em ocupações de terra próximas aos grandes centros urbanos, traz consigo também novos aspectos sociais ao campo. Como dito no parágrafo anterior, são diversas as origens, mas em geral, são pessoas que viviam em condições de vulnerabilidade social e econômica, desempregados, trabalhadores precários ou explorados no mundo capitalista.

O Assentamento Egídio Brunetto I, assim como tantas outras áreas (re)territorializadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é composta por uma parcela

marginalizada da sociedade com origens no que ficou conhecido como êxodo rural, o qual será discutido mais adiante, que perdurou por décadas, arrastando para as periferias dos grandes centros um enorme contingente de pessoas jogadas à própria sorte em mais um golpe perpetrado pela elite brasileira contra os trabalhadores. Essa mobilização, que se apresentava como um sopro de esperança para quem migrava, se converteu para a grande maioria daqueles que buscavam condições dignas de vida, em um martírio ainda maior do que aquele experimentado no campo. O inóspito ambiente urbano, onde as mediações são realizadas através da pecúnia, não proporcionava nada além da fria sobrevivência. Florestan Fernandes em *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*, descreve o destino de milhões de trabalhadores:

Constituem um vasto contingente dos condenados do sistema, os segmentos da população brasileira que suportam os maiores sacrifícios, decorrentes dos custos diretos ou indiretos da existência de uma sociedade de classes e da prosperidade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da “civilização” e do “progresso”. (Fernandes, 2008, p. 184)

Essa configuração social ainda persiste, porém um movimento contrário à essa perspectiva surge a partir de meados da década de 1980 e início dos anos 90, se consolidando com força nos anos 2000, através da luta pela terra e em defesa da reforma agrária, milhares de trabalhadores antes subjugados a condições precárias de vida nos centros urbanos brasileiros se uniram a movimentos socioterritoriais, com maior destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, iniciando assim um processo de retorno e retomada do campo. Ainda que muitos dos que migraram para as cidades não tenham em vida participado, seus descendentes são os que hoje promovem o retorno, cumprindo o desejo de poder retirar da terra seu sustento.

O retorno ao campo iniciado a partir das movimentações pelo acesso à terra traz consigo além do desejo de fugir das agruras impostas pelo sistema e exploração capitalista, fez com que a massa de expropriados de décadas atrás, pudesse vislumbrar um horizonte de recuperação não apenas de dignidade material, mas também proporcionou fortalecer o sentido de comunidade em contraposição ao modo de vida individualista característico das cidades. A desterritorialização em sua essência dissolve comunidades e famílias. O campo resgata esse pertencimento, a organização campesina dá ao expropriado da terra uma nova comunidade, com fins e ideais comuns, servindo de fôlego para um futuro sem exploração.

Como reflexo da vida urbana, onde as relações de comunidade possuem outras características, mais frias e individualizadas, a religião surge para suprir a necessidade do instinto natural de viver em coletividade, algo mais próximo da família deixada para trás, a igreja assume papel importante na sobrevivência em todos seus aspectos, seja material, social ou espiritual. Porém, o senso de comunidade proposto pela religião guarda elementos distintos em relação a forma comunitária de existência experimentada no interior de um movimento social, podendo coexistir ou se contrapor. No caso específico trataremos da relação existente em um território de reforma agrária e religião evangélica pentecostal, a existência concomitante de dois espaços, que muitas vezes são antagônicos. Abaixo, tentaremos analisar a religião evangélica pentecostal como algo trazido do meio urbano para o meio rural pelos retornados, ou seja, a massa de trabalhadores empurrados para os grandes centros fugindo da miséria e da exploração.

4.1 O retorno

Antes de focarmos na questão do retorno, é importante compreender essa movimentação do campesinato expropriado. Não é fato novo no campo das ciências sociais em geral, o debate sobre a migração dos trabalhadores do campo para a cidade, no que se convencionou chamar de êxodo rural, mas essa concepção generalista não é capaz de explicar a complexidade na qual estavam inseridos os expropriados da terra. A ideia de saída do campo para cidade sem considerar a violência a que foram submetidos os trabalhadores, tratando as migrações dentro do país como algo “natural”, não interessa a esse estudo, embora muitos teóricos brasileiros e o próprio Estado, na impossibilidade de mascarar o que estava ocorrendo, tenham tentado transformar a questão apenas em números frios, ignorando a expulsão desse enorme contingente de trabalhadores.

A perspectiva que analisa as migrações apenas como um movimento natural dentro da dinâmica da economia capitalista, parte do pressuposto de que o campesinato já não compõe o meio rural, sendo absorvido pelo paradigma capitalista e integrado ao mercado como simples produtores familiares, parte integrante ou em vias de integração ao agronegócio. Essa visão que extingue o campesinato, também o faz com os elementos que o compõem, como o modo de vida e sua oposição à concentração fundiária. Como exemplo dessa tendência, Ricardo Abramovay diz:

A previsão de Marx de que a grande empresa capitalista se generalizara na agricultura, tanto quanto na indústria, possui ao menos uma virtude histórica: as formas de produção familiar existentes no seu tempo exprimiam, antes de tudo, sobrevivência de um passado que o desenvolvimento capitalista se encarregará mais ou menos rapidamente, mas inelutavelmente, de remover. (Abramovay, 2007, P. 140)

Por outro lado, compreendemos que o campesinato foi levado forçosamente a abandonar o campo, justamente por não ser parte da engrenagem capitalista na produção agrícola, fossem meeiros, parceiros ou pequenos produtores, todos sofreram com o avanço do agronegócio, e os que resistem é a maior prova de que a luta de classes no campo é perpetrada pelo campesinato em oposição ao modo de produção capitalista no campo.

O campesinato organizado vem comprovar que o apontado por aqueles que encampam a ideia de seu fim, é apenas uma ideia equivocada ou provocada por interesses contrapostos, ou seja, das elites agrárias e do agronegócio. Resistir e retomar o território camponês é demonstrar a possibilidade de uma agricultura fora dos moldes impostos pelo capitalismo, de produzir de forma equilibrada alimentos livres de agrotóxicos e com trocas justas, diferentemente do apregoado pelos que defendem que a produção agrícola esteja voltada apenas para o lucro. A emergência dos movimentos socioterritoriais como o MST e A Via Campesina é de suma importância nos processos de retorno, ou seja, de reterritorialização camponesa, que traz consigo não apenas a busca por melhores condições materiais, mas também a reconstituição do modo de vida camponês. Deste modo, no âmbito dessa pesquisa não podemos e nem devemos ignorar o fator econômico inerente a essa expulsão, pois não se trata de mera vontade daqueles que migraram, mas além do material, tentaremos trabalhar o fator imaterial que permeia o agir e pensar do migrante.

No campo do território imaterial, do sentimento daquele camponês que se vê obrigado a deixar a sua terra, sua comunidade e seu modo de vida, existe uma dolorosa conjunção entre a necessidade e a vontade, sendo que a primeira costuma se impor sobre a segunda, porém, não totalmente. A chama que mantém o desejo de retornar continua viva, ainda que sem muita força, o território imaginado nunca se foi. Neste sentido, podemos identificar os movimentos que lutam pelo acesso à terra, como elemento aglutinante dessa massa de trabalhadores expropriados que buscam na memória familiar, o retorno a um passado camponês que lhes foi tomado à força pela concentração fundiária e a miséria advinda da apropriação capitalista da

terra, os discursos do campesinato constituem a matéria prima do seu território imaterial, pois neles estão as concepções de vida, de ser humano e de mundo (Felicio, 2010, p.19).

Esse aspecto involuntariamente itinerante do trabalhador despojado da terra se dá, pois, o campesinato não possui raízes fixas; é marcado pela migração constante. Seu deslocamento tem sido, em grande parte, resultado do avanço da propriedade capitalista sobre a terra. Ao serem expulsos ou perderem suas terras, os camponeses geralmente buscam retornar ao campo, ainda que em outra região (Marques, 2000, p.14).

As condições que forçaram e ainda forçam a saída dos trabalhadores do campo, paradoxalmente são as mesmas que alimentam o desejo de retorno, essa é a relação mais perversa entre o campo e cidade nos moldes capitalistas. A imposição da miséria como destino para milhões de pessoas, estejam elas onde estiverem, subtrai não apenas a possibilidade material de existência, mas também a possibilidade de viver entre os seus e em comunidade. Quando analisava o êxodo no nordeste brasileiro nos anos 50, Josué de Castro assinalava:

(...) não pode haver dúvida de que uma das causas diretas da miséria urbana do Recife é o estado de miséria rural condicionado pelo latifundiarismo da cana de açúcar. Na grande área do Estado, de monocultura açucareira, vive a população trabalhadora num estado agudo de pauperismo, resultado dos ínfimos salários pagos nesta zona (Castro, 1957, p. 70).

A situação explicitada por Josué de Castro, resume tristemente os motivos pelos quais milhões de pessoas se deslocaram, na urgência de saírem da miséria, tentaram nos centros urbanos uma nova vida, e terminaram por conhecer um terreno ainda mais inóspito e violento, onde o que ainda restava de dignidade se esvaiu no solo que nada produzia, tudo era movido pelo dinheiro e pelo individualismo, a comunidade já não mais existia, era cada um por si.

Como se já não bastasse a pobreza material, na cidade carente de afetos a situação era ainda mais difícil.

4.2 Retornamos iguais?

O processo de migração forçada, independente do motivo, guerras, eventos climáticos, fatores econômicos, etc., obriga que o indivíduo que se encontra nesta situação se converta praticamente em outra pessoa. O lugar de origem cumpre um papel fundamental no ser, esse deslocamento exige a recriação do lugar no qual se sente seguro, não sendo mera mudança física, mas também de ordem mental. A criação de um novo território de pensamento longe daquele original, simbiótico, é uma hercúlea tarefa, principalmente quando não se tem a intenção de deixar o lugar de origem ao qual se é parte.

O desenraizamento provocado pela migração ocorre, em termos existenciais, a partir da ruptura com a territorialidade previamente consolidada. Trata-se da modificação da relação original entre o *self*¹ e o lugar, com o afastamento do território natal — aquele onde vivemos a infância, a juventude ou a fase adulta, e que foi fundamental na construção da nossa identidade. Esse deslocamento significa deixar para trás espaços associados à segurança e se lançar em contextos desconhecidos ou pouco familiares, marcados pela ausência de controle — o que gera, inevitavelmente, um sentimento de insegurança (Marandola Jr., 2008a).

Após a perda do território material, e, por conseguinte, o imaterial, reconectar-se a um novo ambiente significa ressignificá-lo, pois na maioria dos casos, o migrante não chega a um destino escolhido, mas ao lugar possível, surgindo a necessidade de se reterritorializar para que se sinta em segurança. A criação de uma nova territorialidade normalmente está relacionada a um grupo que se une em um novo local, como no caso de migrações de populações que se dirigem em conjunto a um destino, o que no contexto do êxodo camponês não é uma realidade, visto que essa mobilização é marcada predominantemente por deslocamentos individuais ou familiares, o que dificulta a criação de laços comunitários imediatos no território de chegada.

Contudo, nem toda reterritorialização ocorre de maneira inclusiva. Isso acontece, por exemplo, quando os indivíduos desterritorializados são realocados para áreas marcadas por

¹ Na psicologia social, o *self* é compreendido como uma construção social e simbólica que se forma e se transforma a partir das interações do indivíduo com os outros e com o contexto sociocultural em que está inserido. Trata-se de um processo dinâmico, no qual a identidade, a autoconsciência e a percepção de si mesmo são mediadas pela linguagem, pelos papéis sociais e pelas expectativas sociais compartilhadas (MEAD, 1934; GOFFMAN, 1985).

precariedade socioeconômica e ambiental, como ocupações em zonas de risco ou bairros periféricos desprovidos de saneamento básico. Da mesma forma, processos de reterritorialização que seguem unicamente a lógica de reprodução do capital internacional tendem a gerar dinâmicas excludentes, promovendo a desapropriação de comunidades nos territórios ou regiões afetadas (Santos; Silveira, 2001).

Formar uma nova territorialidade na cidade termina sendo uma dificuldade ao camponês expropriado não apenas pelo fator econômico que o fez migrar, mas também pelas novas relações humanas vitais para que sua permanência nesse novo território seja minimamente suportável, sendo essa reterritorialização imaterial um desafio tão grande quanto a material. Os aspectos material e imaterial de territorialização assumem igual importância na vida de um emigrado do campo. Na impossibilidade de recriar seu modo de vida em um espaço urbano, o camponês busca outros meios de se estabelecer, reinventando o cotidiano da vida pré-migração.

Ainda que busque a adaptação na cidade, o camponês guarda em si e tenta deixar como herança à seus descendentes, memórias e hábitos do passado no campo, que servem como alívio à saudade. Elementos que formam o modo de vida camponês, como a lida na roça, a cultura e a religiosidade são parte do indivíduo, mas como já não está em seu território e está construindo uma nova territorialidade, é comum que esses elementos não sejam idênticos, mas adaptados e condicionados à sua condição atual.

É fundamental destacar que, quando ocorre o processo de desterritorialização, dá-se também o fenômeno da reterritorialização. Isso significa que práticas e costumes do grupo social afetado não desaparecem, mas se adaptam e passam a interagir com novas realidades culturais. Dessa interação surge o que Néstor García Canclini denomina “hibridismo cultural” — uma mistura de elementos culturais que desfaz a noção de uma identidade cultural fixa ou pura. Cada cultura, nesse contexto, incorpora traços de outras, construindo formas híbridas de existência.

Como aponta Haesbaert, o que se observa atualmente são culturas híbridas formadas por territórios simbólicos, carregados de significados diversos que se acumulam ao longo do tempo. Essas culturas são moldadas por referências múltiplas — religiões, ideologias,

políticas — que transitam constantemente, refletindo a mobilidade e a complexidade dos territórios contemporâneos (Souza, 2019).

Neste tópico trabalhamos os muitos movimentos realizados pelos camponeses a partir da expropriação de suas terras, o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização por qual passam esses trabalhadores, é responsável por muitas incertezas em suas vidas. Assim, fica demonstrado que ao fim dessa movimentação, a esperança é se estabelecer em um território capaz de não apenas prover o sustento material, mas também o simbólico, aquele imaginado que mantém o camponês expropriado ligado à sua origem.

4.3 O que acontece quando retornamos?

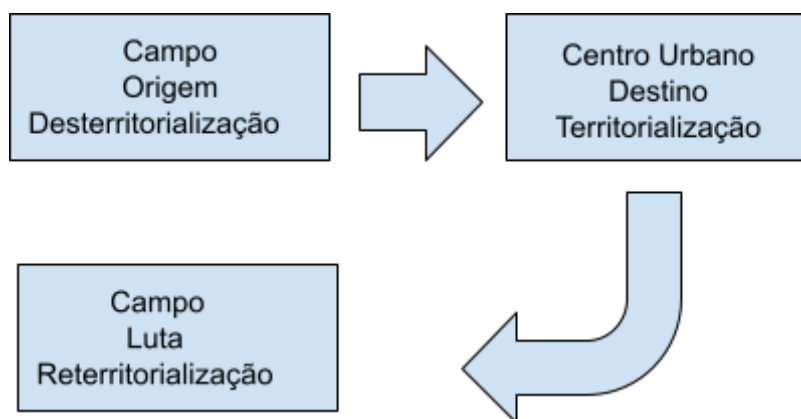
Conforme discutido anteriormente, as transformações materiais e imateriais decorrentes dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização constituem elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica territorial vivenciada pelos camponeses expropriados. Tais transformações influenciam significativamente as relações estabelecidas no retorno ao campo, especialmente após experiências de vida em contextos urbanos, notadamente nas periferias dos centros metropolitanos, onde muitos se estabeleceram após a desterritorialização inicial.

Para Haesbaert (2006), a desterritorialização é uma experiência característica das classes populares, notadamente operárias e camponesas, enquanto a multiterritorialidade é vivida predominantemente pelas classes abastadas, detentoras de terras e capital. Nesse sentido, os conceitos não são neutros, mas profundamente atravessados pela lógica da divisão de classes.

A classe economicamente dominante, que detém o poder sobre os meios de produção e a exploração da força de trabalho, não vivencia a desterritorialização em sua forma mais precária. Ao contrário, ela experimenta a multiterritorialidade, pois dispõe dos recursos necessários para transitar entre diferentes territórios — nacionais e internacionais — e interagir com múltiplas culturas e espacialidades, sem que isso implique ruptura ou perda de vínculos.

Em contrapartida, as classes subalternizadas são aquelas que, de fato, sofrem os efeitos mais duros da desterritorialização. Trata-se de sujeitos que, cotidianamente, enfrentam lutas constantes para garantir algum grau de territorialização — seja sob os viadutos das grandes cidades, nas celas superlotadas do sistema prisional, onde até mesmo o direito de dormir é objeto de revezamento, ou em pequenas porções de terra onde cultivam alface, cebolinha e plantas medicinais, frequentemente ameaçadas pelo avanço do agronegócio.

Com o objetivo de sistematizar a análise desses deslocamentos, propõe-se a delimitação de três momentos distintos: o primeiro refere-se ao processo de expropriação e expulsão do campesinato, caracterizado como desterritorialização; o segundo, à inserção nos centros urbanos, compreendido como uma nova territorialização; e o terceiro, ao retorno ao campo, configurando um processo de reterritorialização. Importa destacar que essas mobilizações não devem ser interpretadas como fruto exclusivo de decisões individuais ou espontâneas por parte dos camponeses, mas como respostas às imposições estruturais do sistema capitalista, que condiciona e impulsiona tais deslocamentos.



Ao regressarem deste período nos centros urbanos, os camponeses voltam com seu modo de vida ressignificado pela experiência vivida na cidade, ainda que dentro do desejo de retorno tenham se mantido alguns significados, tantos outros foram adaptados ou adquiridos, símbolos estes que até o momento da desterritorialização não faziam parte do cotidiano no campo, retornam juntos com os trabalhadores modos aprendidos no meio urbano, numa sociedade mediada pelo dinheiro e pelo individualismo, bastante distinto da forma de comunidade camponesa.

Aqui poderíamos discorrer sobre variados aspectos da vida urbana trazidos pelos camponeses que se reterritorializam, como vestimentas, modo de falar, hábitos e etc, mas o foco deste trabalho é debater as alterações e a criação de uma nova territorialidade a partir de reterritorialização de trabalhadores que trouxeram para o campo, através das lutas por acesso à terra, a religiosidade evangélica pentecostal.

4.4 Tenda de Oração e o MST

Este trabalho tem como foco principal discutir o processo de territorialização da religião e compreender as dinâmicas que envolvem a sobreposição de territorialidades aparentemente antagônicas em um mesmo espaço. Busca-se identificar os conflitos gerados por essa sobreposição e suas implicações. Partindo da premissa de que o território é resultado do exercício do poder, pretende-se analisar as consequências da convivência simultânea entre duas formas de territorialidade: a política e a espiritual.

Desta maneira, pensar a instalação de um templo religioso sobre um território conquistado a partir da luta pelo acesso à terra no seio do processo de reforma agrária traz algumas inquietações a respeito de como poderes vistos como antagônicos possam coexistir. A luta pela terra, via de regra, é encampada por movimentos sociais tradicionalmente ligados ao espectro da esquerda política, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, neste caso que estamos trabalhando. Sendo assim, compreender como se dá a relação entre o materialismo dialético típico da esquerda e a espiritualidade evangélica pentecostal representada pela Tenda de Oração no Assentamento Egídio Brunetto na formação de novas territorialidades.

Nos últimos anos, dentro do acirramento das disputas político-eleitorais e com a entrada definitiva dos evangélicos na política brasileira, se fortaleceu a visão de que evangélicos, especialmente pentecostais e neopentecostais, se situam necessariamente no campo oposto dos que atuam nos movimentos sociais, mais alinhados à esquerda. Porém, sendo o Brasil um país cheio de nuances, não é possível afirmar que essa divisão seja tão cristalina como tentam apontar ambos os lados. É fato que a maioria do voto evangélico tem como destino a direita política e seu discurso conservador, com pautas de grande importância

para essa população, mas isso não é quer dizer que todos os evangélicos pentecostais estejam alinhados, da mesma maneira que pautas vistas como mais conservadoras, também tenham entrada no campo da esquerda.

O fato é que não existe unanimidade, mas sim um estranhamento ao se ver sujeitos evangélicos pentecostais participando de uma luta que para muitos, supostamente não condiz com seu modo de vida, como a luta pela terra.

É compreensível esse estranhamento, visto que os evangélicos com destaque na mídia são aqueles que se opõem ao “comunismo”, ou seja, qualquer pauta progressista, que militam na Teologia da Prosperidade e se identificam como defensores da família tradicional. Mas a grande massa de sujeitos evangélicos não pertence à mesma classe que os pastores das mega igrejas e donos de seus próprios canais de televisão. São trabalhadores e trabalhadoras que geralmente vivem condições socioeconômicas precárias, exploradas pelo capital e com pouco acesso aos equipamentos do Estado. Essa confusão e generalização em torno de uma população heterogênea como a dos evangélicos brasileiros fomenta preconceitos que impedem a compreensão da totalidade destes sujeitos, os colocando em compartimentos que os próprios não reconhecem. A respeito, Nadir Lara Júnior, comenta:

Nesse sentido, tanto sociólogos quanto psicólogos, ao estudarem as mais variadas organizações populares, certamente não deixam de considerar a influência da religião nessas organizações, que, dependendo do segmento religioso, determina a prática política de seus adeptos (Martin-Baró, 1998). Dissociar política da religião, numa análise de movimentos populares no Brasil, incorre na possibilidade de uma análise parcial e pouco próxima da realidade dos brasileiros (Lara Júnior, 2006, p.27).

A presença de evangélicos pentecostais no interior do MST, à primeira vista, pode parecer ser uma contradição para quem desconhece a origem do movimento, que desde a sua formação, esteve sempre muito próximo ao cristianismo católico e protestante, notadamente luteranos no sul do país. Então, não é contraditório que na atualidade, onde a religião se faz presente muitas vezes por omissões do Estado, muitos dos expropriados da terra que engrossam o MST pertençam a alguma denominação evangélica pentecostal.

4.5 Uma nova religiosidade no campo

O cristianismo é a religião hegemônica no campo brasileiro, sendo composto principalmente por católicos romanos, mas também conta com a presença de protestantes luteranos que migraram da Europa para o sul do país. Essa presença maciça é fruto da colonização e imposição da fé cristã aos que já estavam em terras que hoje conhecemos como Brasil. O Estado Colonial aliado à Igreja, traçou seu plano de conquista territorial, portanto, criando uma territorialidade na base da cruz e da espada.

A fé cristã era imposta como religião oficial do Estado, servindo aos interesses da elite que detinha o poder político, econômico e cultural. Nesse cenário, as estratégias de ocupação territorial eram limitadas e altamente dependentes da autoridade do rei, que concentrava o controle da missão evangelizadora, assumindo, na prática, o papel de chefe da Igreja Católica no Brasil. A principal preocupação era assegurar o domínio sobre vastas extensões de terra. Como resultado, formaram-se grandes territórios mal definidos, pouco ocupados e controlados por bispos que, por serem considerados nobres, estavam diretamente ligados à coroa portuguesa e aos seus interesses econômicos (Rosendahl, 2005).

Embora o catolicismo no campo tenha sido imposto pelas elites, mas com a finalidade de expansão territorial, tendo a evangelização um papel secundário, os camponeses aderiram fortemente à religião, criando um catolicismo popular, que por vezes se mesclou com elementos de cultura indígena e africana. Esse catolicismo era marcado pelo forte caráter comunitário. Segundo Ribeiro de Oliveira (1997), o catolicismo popular tradicional fazia parte do cotidiano e dos momentos extraordinários da vida de homens e mulheres do campo. Ele permanece vivo até os dias de hoje porque desempenha um papel importante na manutenção das relações sociais, como os vínculos de parentesco e vizinhança, que são fundamentais para a vida das classes populares nas áreas rurais e nas periferias urbanas.

Ainda que o catolicismo popular continue sendo predominante, sobretudo nas áreas rurais, nas últimas décadas as classes mais populares vêm aderindo a outra forma de religiosidade cristã, a evangélica pentecostal, principalmente no ambiente urbano, mais especificamente em suas periferias. Como já dito anteriormente neste trabalho, ocorreu um crescimento importante no número de praticantes da fé evangélica pentecostal, e consequentemente, sua expansão territorial para além dos centros urbanos, ainda que

incipiente em relação aos números quando comparamos com o catolicismo, percebe-se que existe uma entrada desta vertente em territórios que até pouco atrás era de domínio quase que exclusivo da Igreja Católica.

Esse crescimento nos dá elementos para discutir por quais vias podem ocorrer essa territorialização de igreja pentecostais no campo, para essa pesquisa, no entanto, interessa analisar uma forma de entrada pouco comum, que é através da luta pela terra empreendida pelo MST e pelo retorno ao campo de trabalhadores que trouxeram da cidade essa vertente do cristianismo para o meio rural, mas especificamente, para dentro dos assentamentos da reforma agrária.

O campo brasileiro vem passando por uma significativa transformação religiosa, com o enfraquecimento da histórica hegemonia católica, marcada por imposição e forte vínculo com o Estado, e a emergência de uma maior diversidade de expressões religiosas. Nesse novo cenário, o pentecostalismo evangélico começa a ocupar espaços, muitas vezes de forma espontânea e articulada a movimentos sociais, como o MST. Essa mudança sinaliza o surgimento de uma nova configuração da cristandade rural, mais descentralizada e plural, refletindo as complexas dinâmicas sociais, econômicas e políticas da atualidade.

A Tenda de Oração, de Alda e Deca, que trataremos mais a fundo no próximo ponto, é um bom exemplo das transformações atuais na religiosidade brasileira.

4.6 Assentados e evangélicos do Egídio Brunetto: Alda e Deca

Diferentemente do padrão frequentemente observado na fundação de igrejas evangélicas pentecostais, geralmente decorrentes de dissidências de denominações maiores e instaladas em espaços anteriormente destinados a atividades comerciais ou de prestação de serviços, a criação da Tenda de Oração, liderada pelos pastores Alda e Deca, assentados no Egídio Brunetto, emerge de uma dinâmica distinta. Sua origem está relacionada à demanda local por orações e campanhas espirituais, sendo erguida de forma rústica em um lote cedido por outro assentado, que disponibilizou o terreno para a instalação do templo.

A trajetória do casal evidencia um processo de territorialização de sujeitos camponeses contemporâneos em busca de pertencimento e construção de identidade no espaço rural. Naturais de Minas Gerais, com passagem pela cidade de Caraguatatuba/SP, Alda e Deca já manifestavam resistência ao modo de vida urbano por meio do cultivo de hortas em terrenos baldios, prática que denota a tentativa de manter o ethos camponês mesmo em contexto urbano. Tal prática, realizada em um espaço urbano desprovido de vínculos simbólicos mais profundos, pode ser compreendida como um momento de desterritorialização, no qual os laços tradicionais com a terra e com uma comunidade rural são rompidos ou enfraquecidos. A decisão de “ir embora para a roça”, como afirmam, marca o início de um processo de ressignificação territorial, intensificado com a inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2017.

Com essa inserção, a experiência da terra adquire novos significados: deixa de ser apenas um espaço de subsistência para se tornar um território político, de luta e de afirmação identitária. A presença no assentamento, portanto, transcende a ocupação física e expressa um projeto coletivo de vida fundamentado em princípios agroecológicos, comunitários e espirituais. Trata-se, assim, de uma reterritorialização, na qual os sujeitos não apenas recuperam vínculos com a terra, mas constroem novas territorialidades a partir de valores, práticas e pertencimentos que reconfiguram seu modo de vida.

Nesse contexto, a religiosidade assume papel central na construção simbólica do território. A partir da criação do ministério denominado "Tenda de Oração", Alda e Deca integram práticas espirituais ao cotidiano do assentamento, promovendo acolhimento religioso e fortalecendo os vínculos comunitários. A espiritualidade pentecostal praticada pelo casal funciona como um instrumento que contribui para a organização da vida coletiva. Tal religiosidade não se restringe à vivência individual do culto, mas se estende à espiritualização do território, ressignificando a terra e seus habitantes como espaço de missão, cuidado e transformação social. A afirmação de Deca, ao dizer que estão no assentamento “por almas”, insere o campo em uma lógica de pertencimento religioso que aprofunda o vínculo com o território e com o coletivo.

A trajetória religiosa do casal é marcada por um processo de reconversão que transita por diferentes tradições: do catolicismo popular, passando por influências das religiões afro-brasileiras, até a adesão à Assembleia de Deus. Essa trajetória espiritual acompanha e

sustenta o movimento de territorialização da fé, transformando o assentamento em espaço de missão e atuação religiosa. As experiências pessoais, como a superação de um diagnóstico de leucemia por Alda, e a trajetória de Deca como obreiro, constituem narrativas de resistência e pertencimento, nas quais fé e território se entrelaçam como dimensões fundamentais da luta pela terra e pela dignidade.

Ainda que a dimensão religiosa seja central em suas práticas cotidianas e simbólicas, é importante destacar que a inserção de Alda e Deca no MST não se resume à vivência espiritual. Sua atuação como militantes, lideranças e produtores evidencia uma participação plena no projeto político da reforma agrária. A religião, embora significativa, aparece como um dos elementos constitutivos de sua existência enquanto sujeitos do campo.

O caráter flexível e adaptável das igrejas pentecostais, especialmente no que se refere à instalação de espaços de culto, menos institucionalizados e mais espontâneos do que aqueles das tradições católica ou protestante histórica, contribui para que a Tenda de Oração se constitua não como um projeto deliberado de evangelização, mas como uma consequência natural da fé vivida por Alda e Deca. Trata-se, portanto, de uma manifestação religiosa reterritorializada, enraizada na experiência concreta do assentamento e da luta por terra, alimento e dignidade, e que se distancia das formas hegemônicas e institucionalizadas de vivência religiosa urbana, muitas vezes marcadas pela mercantilização da fé.

Em um contexto marcado pelo acirramento das tensões político-religiosas no Brasil contemporâneo, observa-se a crescente vinculação de setores do pentecostalismo a projetos políticos de cunho conservador e, em alguns casos, alinhados à extrema direita. Tais projetos frequentemente apresentam forte presença midiática, discursos de combate a instituições democráticas e rejeição a conquistas sociais historicamente consolidadas. Diante desse cenário, torna-se relevante a investigação de formas alternativas de vivência religiosa, especialmente aquelas emergentes em espaços populares e vinculadas a práticas coletivas de transformação social.

Nesse contexto, ganham visibilidade experiências religiosas que se contrapõem à lógica hegemônica da mercantilização da fé e se enraízam em processos de luta por justiça social e dignidade humana. A instalação da Tenda de Oração no Assentamento Egídio Brunetto, conduzida por Alda e Deca, constitui um exemplo paradigmático dessa inflexão. Tal experiência evidencia uma religiosidade que não se apresenta como instância de alienação,

mas como elemento que fortalece os vínculos comunitários, sustenta emocionalmente os assentados e contribui para sua permanência no campo, sobretudo diante das dificuldades materiais típicas das fases iniciais da consolidação dos assentamentos rurais.

A partir da noção de multiterritorialidade, proposta por Haesbaert (2006), é possível compreender a Tenda de Oração como expressão simultânea de distintas territorialidades — política, espiritual e simbólica — que coexistem e se articulam na experiência cotidiana dos sujeitos assentados. Para o autor, a multiterritorialidade refere-se à convivência e sobreposição de múltiplos territórios, construídos e vivenciados por indivíduos e grupos sociais em uma dinâmica contínua, que transita entre aspectos concretos e simbólicos do espaço vivido. Haesbaert (2006) enfatiza que tais territórios não se organizam de forma dicotômica, mas como partes integradas de uma totalidade vivencial que incorpora dimensões culturais, econômicas e políticas.

A Tenda de Oração, nesse sentido, constitui um território simbólico que se articula diretamente à territorialidade material da luta pela terra. Diferentemente das igrejas evangélicas institucionais que se expandem segundo lógicas empresariais com estruturas hierárquicas rígidas e padronização litúrgica assemelhada a modelos de franquias, a Tenda emerge da vivência concreta de sujeitos que participaram ativamente do processo de acampamento e posterior assentamento. Sua origem e funcionamento refletem uma espiritualidade construída coletivamente, marcada pela inserção direta na realidade local e pela integração orgânica à luta pela reforma agrária.

Ainda que a presença de igrejas evangélicas em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não seja um fenômeno recente, grande parte dessas denominações é conduzida por lideranças externas, frequentemente desvinculadas dos princípios e práticas do movimento. Nesses casos, os templos são implantados a convite de fiéis que cedem parte de seus lotes para uso religioso, mas as atividades desenvolvidas não raro seguem orientações alheias às especificidades dos territórios camponeses. Em contraste, a Tenda de Oração representa uma inflexão significativa: trata-se de uma iniciativa forjada por sujeitos diretamente envolvidos na luta pela terra, que permanecem atuantes como militantes, lideranças comunitárias e produtores rurais. Aqui, a reterritorialização da fé acontece em estreita sintonia com o processo de construção do território político do assentamento.

Importa destacar que a emergência dessa experiência religiosa não configura uma ruptura com o projeto político do assentamento, mas sua ampliação simbólica. A convivência entre as dimensões religiosa e política, longe de gerar conflitos, conforma um processo de (re)territorialização camponesa sustentado tanto pela materialidade do espaço conquistado quanto por práticas espirituais que reforçam a coesão social. O conceito de multiterritorialidade, nesse caso, permite compreender a sobreposição e interdependência entre a territorialidade religiosa e a territorialidade política, que, longe de serem excludentes, coexistem de forma integrada.

A espontaneidade com que a Tenda de Oração foi instalada no Assentamento Egídio Brunetto evidencia um sentido de comunidade que contrasta com as formas mais visíveis do pentecostalismo brasileiro atual, marcado pela lógica de mercado e pela replicação de modelos institucionais padronizados. O caráter popular do trabalho desenvolvido por Alda e Deca é explícito: sua atuação não se opõe à reforma agrária, mas a ela se soma, contribuindo para a consolidação de uma experiência coletiva que alia fé e engajamento social. Ambos participam plenamente da vida comunitária como quaisquer outros assentados, e sua prática religiosa insere-se como componente legítimo e fortalecedor da permanência no campo.

Portanto, a Tenda de Oração não se configura como um corpo estranho à realidade do assentamento. Pelo contrário, sua existência está intrinsecamente vinculada à trajetória de luta pela terra, sendo uma consequência direta dessa conquista. É uma expressão de fé que brota do chão da resistência e que se consolida como parte constitutiva da vida comunitária, ao invés de se apresentar como apêndice religioso dissociado da realidade social. Essa experiência permite repensar as relações entre fé, política e território, evidenciando como formas populares de espiritualidade podem assumir contornos emancipatórios quando construídas em sintonia com os projetos coletivos de transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que o processo de retorno ao campo, observado no Assentamento Egídio Brunetto, constitui um fenômeno complexo, que ultrapassa a mera dimensão espacial ou produtiva. O movimento de trabalhadores e trabalhadoras que, após trajetórias marcadas pela expropriação e pela marginalização nas periferias urbanas, reencontram na terra uma possibilidade de reconstrução da vida, expressa a permanência e a vitalidade do campesinato como sujeito histórico e político.

O assentamento estudado demonstra que o retorno ao campo não se configura como uma simples restauração do passado, mas como uma reterritorialização que articula experiências urbanas e rurais, produzindo novas formas de sociabilidade, identidade e pertencimento. Nesse processo, a luta pela terra, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), adquire caráter duplo: material, ao garantir o acesso à terra e às condições de subsistência; e simbólico, ao possibilitar a reconstrução de vínculos comunitários e a afirmação de um modo de vida camponês.

Constatou-se, ainda, que a religiosidade, em especial a vertente evangélica pentecostal, assume papel relevante na consolidação das territorialidades do assentamento. A experiência da “Tenda de Oração”, conduzida por Alda e Deca, exemplifica como a fé pode atuar como elemento de coesão social, apoio emocional e fortalecimento do senso comunitário. Longe de representar um obstáculo à ação política, a dimensão espiritual manifesta-se como parte constitutiva da vida coletiva, coexistindo de forma harmônica com os princípios e práticas do MST.

Dessa forma, a realidade observada no Assentamento Egídio Brunetto evidencia a possibilidade de coexistência entre territorialidades distintas — política, econômica, social e espiritual — que se articulam de maneira complementar. O conceito de multiterritorialidade, nesse contexto, permite compreender a sobreposição dessas dimensões e o modo como os sujeitos assentados constroem um território vivo, marcado pela pluralidade e pela resistência.

Conclui-se, portanto, que o retorno ao campo protagonizado pelos assentados do Egídio Brunetto reflete um processo de reconstrução de identidades, valores e formas de convivência, que reafirma a centralidade do campesinato na luta por reforma agrária e justiça

social. A experiência analisada revela que a terra, mais do que meio de produção, constitui espaço de vida, de fé e de esperança — um território onde se entrelaçam materialidade e espiritualidade, trabalho e solidariedade, luta e emancipação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Edusp, 3a edição. São Paulo, 2007.
- ARAÚJO, Bruno Gomes de. **A expansão regional das redes de poder da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil**. 2018.
- BASTIDE, Roger. **O sagrado selvagem: e outros ensaios**. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CAMPOS, L. S. **Protestantismo Histórico e Pentecostalismo no Brasil: Aproximações e Conflitos**. In: GUTIERREZ, B.; CAMPOS, L. S. (Editores) Na força do espírito: o pentecostalismo na América Latina: um desafio às igrejas históricas. SP: Associação Literária Pendão Real, 1996, p. 105.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998. 392p.
- CARVALHO, Daniel Filipe. **O comum, a comunidade (e seus opostos)**. PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFGM, Belo Horizonte, v. 13, n. 28, p. 59–74, 2023. DOI: 10.35699/2238-2046.2023.45839. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/45839>. Acesso em: 20 set. 2025.
- CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.
- CHICO ABELHA. **Alda e Deca - Lagoinha-SP**. YouTube, 8 de julho de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dHmN3h5IbY8>>. Acesso em: 07 de setembro de 2025.
- CLAVAL, P. C. C. **Geografia Cultural: Um balanço**. GEOGRAFIA (Londrina), [S. l.], v. 20, n. 3, p. 005–024, 2013. DOI: 10.5433/2447-1747.2011v20n3p005. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14160>. Acesso em: 11 maio. 2024.,
- CORRÊA, R.L. **A Geografia Cultural e o Urbano**. In Z. Rosendahl e R.L. Corrêa (Org.) Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **A Geografia Cultural No Brasil**. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 2, n. 02, p. 97–102, 2017. DOI: 10.5418/RA2005.0202.0008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6616>. Acesso em: 7 maio. 2024.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **A Geografia Cultural Brasileira: UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR**. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 4, n. 04, p. 73–88, 2017. DOI: 10.5418/RA2008.0404.0005. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6600>. Acesso em: 11 maio. 2024.

COSGROVE, Denis. **Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação**. In Geografia Cultural: Um Século (2), org. R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2000.

COSGROVE, Denis. **Em direção a uma Geografia Cultural Radical: problemas da teoria**. Espaço e Cultura, [S. l.], n. 5, p. 5–29, 2013. DOI: 10.12957/espacoecultura.1998.6313. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6313>. Acesso em: 7 maio. 2024.

FELÍCIO, Munir Jorge. **O território imaterial do campesinato**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 18-32, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. . Acesso em: 08 fev. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. Presidente Prudente, 2008

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, n. 6, p. 24-34, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JUNIOR, Nadir Lara. **Análise psicossocial da religião como um dos fundamentos políticos das ações coletivas no Brasil: A mística do MST**. Último Andar, n. 15, p. 26-42, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação : religião e política na América Latina**. 2. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2016.

MARANDOLA JR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração**. Revista brasileira de estudos de População, v. 27, p. 407-424, 2010.

MARIANO, Ricardo. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal**. Estud. av., São Paulo , v. 18, n. 52, p. 121-138, Dec. 2004

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De Sem-Terra a "posseiro", a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2000. doi:10.11606/T.8.2000.tde-07062023-110623. Acesso em: 2025-09-22.

MEAD, George Herbert. **Mind, self and society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MENEZES, J. **Tradição, mercado e poder: um estudo de caso das aproximações e conflitos entre o protestantismo histórico e o neopentecostalismo em Londrina (1989 – 2007)**, Revista Brasileira de História das Religiões, n. 8, 2010.

MONTES, M. L. **As figuras do sagrado: entre o sagrado e o profano**. In: SCHWARCZ, L. M. História da Vida Privada no Brasil, vol 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, P. **Adeus à sociologia da religião popular**. Religião e Sociedade, V 18, nº 2. 1997,pp 43-62.

RISSO, L. C. **Os conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural**. Terr@ Plural, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 309–319, 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6438>. Acesso em: 11 maio. 2024.

ROSENDAHL, Zeny. **Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. . Rio de Janeiro: Record, 2008

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. . Acesso em: 18 set. 2025.

SOUZA, Adicleia Nascimento. **Os territórios simbólicos no processo de territorialização e desterritorialização cultural, na perspectiva de Rogério Haesbaert**. *Jamaxi*, [S. l.], v. 3, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/3313>. Acesso em: 29 set. 2025.